

# Evoluções recentes do desemprego em Portugal

Carlos Manuel Gonçalves<sup>1</sup>

## Resumo

Vivemos actualmente mais uma crise quantitativa do emprego. O presente artigo pretende fundamentalmente dar conta das dimensões mais importantes da evolução recente do desemprego no país. Apoiados numa perspectiva globalizante sobre as plurais dinâmicas que enformam o mercado de trabalho, procuraremos desenvolver uma análise que igualmente possibilite a comparabilidade com a situação na União Europeia face a algumas das dimensões do desemprego.

**Palavras-chave:** Desemprego, emprego, desemprego de longa duração.

No quadro da crise económica e financeira em que Portugal se encontra desde 2001, o tema do desemprego, pelo volume de sujeitos que tem abrangido e correspondentes consequências sociais e individuais, tornou-se um objecto de debate ao nível de várias instâncias políticas e sociais. Se olharmos para os últimos trinta anos, constatamos que ciclicamente o desemprego se avolumou em determinados momentos. Exemplos disso são os períodos de 1976 a 1986 e de 1994 a 1997. Períodos em que a predominância da natureza estrutural do desemprego ficou bastante visível e que, não obstante a importante diferença entre eles quanto à inserção político-económica da sociedade portuguesa, pois no período mais recente temporalmente já integrávamos a União Europeia, a conjugação entre, por um lado, a quebra da dinâmica económica, traduzida em taxas de crescimento baixas ou mesmo nulas, e as

---

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e investigador do Instituto de Sociologia da mesma instituição (cmgves@letras.up.pt). O autor agradece à Mestre Luísa Pinheiro a recolha e tratamento da informação estatística que serve de suporte empírico ao presente artigo. Não podemos deixar de registar que algumas das questões que irão ser tratadas beneficiaram das frutuosas discussões que tivemos com a Professora Liliane Rolfsen Petrilli Segnini da Universidade Estadual de Campinas (Brasil) durante a nossa estadia nessa instituição, que agradecemos vivamente. O autor é único responsável do texto que agora se publica.

restrições orçamentais por parte do Estado e, por outro, as peculiaridades de um mercado de trabalho de um país da semiperiferia acabou por induzir crises quantitativas de emprego.

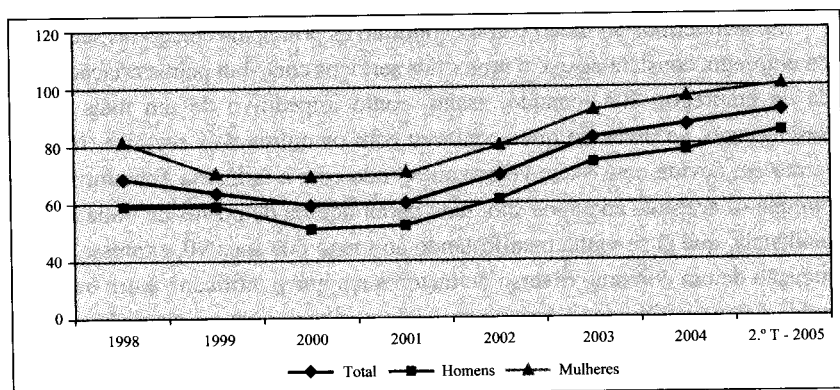
Na actualidade vivenciamos mais uma crise de emprego. Caracterização e análise sobre essa crise emergem como os principais objectivos do presente texto. Pretende-se, por sua vez, que as notas que se seguem possam dar continuidade ao trabalho que apresentámos anteriormente sobre as principais mudanças no mercado de trabalho durante uma parte dos anos 90 (Gonçalves, 2003). Continuidade no plano teórico e não propriamente quanto ao empírico, na medida em que é impossível para os dados do Inquérito ao Emprego (IE) do Instituto Nacional de Estatística (INE), por descoincidências conceptuais e de metodologias de recolha e tratamento da informação, construir séries coerentes para os anos 90 e primeiros anos da década actual.

1. De acordo com os dados do IE referentes ao 2º trimestre de 2005, o número de desempregados ascendia a 399,3 mil indivíduos, representando uma taxa de desemprego de 7,2%. Valores bastante mais elevados do que os registados no 2º trimestre de 1998 (a taxa era de 4,6%, correspondendo a 218,1 mil desempregados). O aumento do desemprego, a partir de 2001, quebrou a tendência de descida desta variável que se vinha verificando desde finais da década anterior. O agravamento do desemprego foi rápido e intenso – de 2000 a 2004 passou de 205,5 mil para 365,0 mil com uma taxa de variação de 77,6%, embora neste ano se tenha assistido a um abrandamento da velocidade de crescimento do volume de desempregados, ao contrário dos fortes fluxos de entrada que se registaram nos dois anos imediatamente anteriores (Anexos A e B). Deste modo, a taxa de desemprego<sup>2</sup> registou uma evolução desfavorável aumentando 2,8 p.p. durante aquele período.

---

<sup>2</sup> Ao longo do texto iremos utilizar como indicador a taxa média anual de desemprego. Não é redundante assumir, mais uma vez, que os conceitos e indicadores accionados para a classificação de uma determinada população em termos da sua condição perante o trabalho, no sentido de uma actividade económica, apresentam limitações e levantam dúvidas e interrogações, de natureza teórico-metodológica, que é fundamental ter presente. Não é nosso objectivo fazer o inventário da literatura e respectivas conclusões sobre este tema. Encontramos nos trabalhos de

**Gráfico I**  
**Evolução da taxa de desemprego por sexos**



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

O agravamento do desemprego está fortemente relacionado com as crescentes dificuldades que a economia portuguesa começou a experimentar no passado recente<sup>3</sup>. Após 2000 a economia portuguesa deixou de convergir com a média da União Europeia (UE). O Produto Interno Bruto real teve ligeiras variações positivas (0,4% em 2001 e 1,1% em 2004) e uma quebra em 2003 (-1,1%). Consequência da conjuntura económica difícil, a taxa de actividade global quase estacionou nos anos mais recentes com a taxa feminina a aumentar, enquanto a masculina regredia (Anexo A)<sup>4</sup>. Por sua vez, manifestou-se uma desaceleração do crescimento do emprego, observando-se ao longo dos últimos anos aumentos fracos ou quase nulos ou mesmo, como em 2003, um

Demazière (1992, 1995a, 1995b e, particularmente, no mais recente de 2004), e no de Freyssinet (2004) contributos importantes para o debate e reflexão. A complexidade que caracteriza as actuais dinâmicas dos mercados de trabalho conduzem, em parte, ao esbater das fronteiras e criam sobreposições entre inactividade, emprego e desemprego e a emergência de posições intermédias entre estas grandes categorias populacionais que tornam o acto de medir, por exemplo, o emprego ou o desemprego uma operação cujos resultados devem ser finamente escrutinados.

<sup>3</sup> Não é objectivo do presente texto reflectir sobre as causas do desenvolvimento do desemprego. Encontramos nos textos de Pourcel (2002), Freyssinet (2004), Aznar (1996) Boyer (2004a e 2004b) contributos importantes para uma reflexão sobre essa problemática.

<sup>4</sup> Uma das particularidades do mercado de trabalho em Portugal encontra-se precisamente no acréscimo do grau de participação da população na actividade económica. A taxa de actividade para indivíduos de idade compreendida entre os 15 e os 64 anos sofreu um acréscimo de 2,5 p.p. entre 1998 e 2004. Para tal situação tem contribuído, de modo significativo, o aumento da participação feminina, tendência pesada que se vem manifestando desde os anos 70 do século passado. Para uma análise da evolução mais recente da actividade económica da população e do emprego consulte-se AA.VV (2002) e Portugal (2003).

decrécimo face ao ano anterior, subsistindo uma diminuição da taxa de emprego, que foi interrompida em 2004 (Anexos A e B)<sup>5</sup>.

Se atendermos ao modo como evoluíram as principais categorias sectoriais do emprego, constata-se que o sector dos serviços contribui para a criação líquida de empregos, funcionando, assim, como impeditivo de um mais amplo desemprego, ao invés do que aconteceu com os outros dois sectores. Importa tomar em devida nota o que vem acontecendo com a Indústria Transformadora em que se acentua, ano após ano, uma perda líquida de postos de trabalho. Tal tendência, que já se vinha manifestando ao longo dos anos 90, expressa a conjugação de um conjunto diverso de factores em que pontificam, entre outros: a perda de competitividade quer no mercado nacional, quer no mercado internacional, o que não deixa de apontar, por sua vez, para o esgotamento de um modelo industrial baseado nos baixos custos salariais, numa fraca inovação organizacional e técnica, na produção de bens de baixo conteúdo tecnológico, num peso excessivo dos sectores industriais tradicionais (por exemplo, confecções e calçado) e numa baixa produtividade; a reestruturação produtiva das empresas que assentou na restrição do volume dos postos de trabalho; o fechamento de empresas em que ganharam expressão aquelas que, de modo mais ou menos socialmente encoberto, configuraram processos de deslocalização industrial (em particular nos sectores tradicionais) para outros países<sup>6</sup>. O reforço do peso dos serviços no emprego, seguindo de perto as tendências predominantes em outros países da União Europeia (UE), quebra da indústria transformadora e da agricultura incorporam um processo pesado de reconfiguração dos sectores económicos que se vem processando em Portugal nas últimas décadas.

Se ampliarmos a nossa análise ao conjunto da UE, observamos que o desemprego mantêm-se como uma variável do mercado de trabalho com uma evolução não satisfatória. Interrompendo uma trajectória descendente desde 1997, a taxa de desemprego voltou a crescer a partir de 2001 como consequência da desaceleração do crescimento da economia europeia. No conjunto dos 25 Estados existentes, em Junho de 2005, cerca de 19 milhões de desempregados (taxa de desemprego de 8,8%), segundo o Eurostat. A adesão de 10 novos Estados, em Maio de 2004, veio incrementar a taxa de desemprego para esse ano em cerca de 1,0 p.p.

---

<sup>5</sup> O decréscimo da taxa de emprego verificou-se unicamente nos homens, mantendo-se estacionária a correspondente às mulheres. Mesmo com as alterações que ocorreram, o valor da taxa de emprego global é superior ao que foi estabelecido como referência na Cimeira de Estocolmo da UE para 2005 (67%).

<sup>6</sup> Igualmente deve ter-se em consideração na explicação da fraca dinâmica da indústria transformadora aspectos, mais circunstâncias, como o agravamento dos custos unitários do trabalho, a apreciação acumulada do euro, o aumento do preço das matérias-primas e da energia (Banco de Portugal, 2004).

**Quadro 1**  
**Taxa de Desemprego na União Europeia**

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	Junho/2005
Bélgica	9,3	8,6	6,9	6,7	7,3	8,0	7,8	8,1
Dinamarca	4,9	4,8	4,4	4,3	4,6	5,6	5,4	4,8
Alemanha	8,8	7,9	7,2	7,4	8,2	9,0	9,5	9,5
Grécia	10,9	12	11,3	10,8	10,3	9,7	10,5	a)
Espanha	15,3	12,9	11,4	10,8	11,5	11,5	11,0	9,8
França	11,1	10,5	9,1	8,4	8,9	9,5	9,7	9,7
Irlanda	7,5	5,6	4,3	3,9	4,3	4,6	4,5	4,3
Itália	11,3	10,9	10,1	9,1	8,6	8,4	8,0	a)
Luxemburgo	2,7	2,4	2,3	2,1	2,8	3,7	4,2	4,8
Holanda	3,8	3,2	2,8	2,2	2,8	3,7	4,6	4,8
Áustria	4,5	3,9	3,7	3,6	4,2	4,3	4,5	5,1
Portugal	5,1	4,5	4,1	4,0	5,0	6,3	6,7	7,1
Finlândia	11,4	10,2	9,8	9,1	9,1	9,0	8,8	8,2
Suécia	8,2	6,7	5,6	4,9	4,9	5,6	6,3	a)
Reino-Unido	6,2	5,9	5,4	5,0	5,1	4,9	4,7	a)
UE (15 países)	9,3	8,5	7,6	7,2	7,6	8,0	8,1	a)
UE (25 países)	9,5	9,1	8,6	8,4	8,7	9,0	9,0	8,7

a) Sem informação.

Fonte: Eurostat

Utilizar o indicador taxa de desemprego ao nível da UE coloca a necessidade de usarmos algumas precauções teórico-metodológicas. Desde logo um afastamento face a uma leitura homogeneizante do que tem sido o fenómeno do desemprego no contexto europeu. Basta compulsarmos os dados ventilados por países, para vermos que subsistem importantes diferenças quanto a esse indicador em termos sincrónicos e diacrónicos, a que se deve agregar as heterogeneidades de volumes e de composição do próprio desemprego<sup>7</sup>. Notórias disparidades subsistem; por exemplo, para 2004 a taxa de desemprego varia entre um mínimo de 4,2 para Luxemburgo e um máximo de 11,0% para a Espanha (país que teve uma importante redução deste indicador). Contudo, tal dado não deve impedir de se considerar que, na actualidade, subsiste um aspecto comum a uma maioria desses países – taxas de desemprego superiores a 5%, o que é demonstrativo, em termos de evidência empírica, da importância social e política que o desemprego assume para o presente e futuro das sociedades europeias.

<sup>7</sup> As diferenças no seio da UE quanto ao desemprego são ainda mais pronunciadas se atendermos aos valores das taxas de desemprego por regiões (NUTS II). O efeito homogeneizante que é conferido pela taxa de âmbito nacional desaparece, emergindo, por sua vez, as variabilidades entre regiões com perfis de criação ou destruição de empregos bem descoincidentes. Para uma recolha e análise dos por regiões europeias, consulte-se o Eurostat.

Não é este o momento nem o espaço apropriados para se discutir o que tem sido a evolução do emprego e desemprego na Europa nas últimas décadas. Existem publicados importantes trabalhos que nos permitem elementos de reflexão para o equacionamento de tal problema e que geralmente defendem ou a performance do crescimento económico ou o contexto institucional dos mercados de trabalho como um dos principais vectores explicativos para a variabilidade da taxa desemprego, em nível e evolução, no seio da Europa (Freyssinet, 2004; IRES, 2000).

Com efeito, as comparações internacionais levantam questões de um grau elevado de complexidade em termos de modelos teóricos explicativos e de modelos metodológicos, e isto apesar, face a estes últimos, das acções de uniformização no campo da definição da denominada meta-informação e dos procedimentos de recolha e de tratamento da informação levadas a cabo pelo Eurostat, junto dos estados-membros da união. Consideramos que a diversidade dos valores que assumem os indicadores sobre o desemprego entre os países exprime, a par de diferentes performances das dinâmicas económicas no sentido da geração e manutenção do emprego, a heterogeneidade dos respectivos mercados de trabalho em termos, por exemplo, das relações entre actividade, emprego e inactividade, das formas de emprego, dos níveis de qualificação escolar e profissional da mão-de-obra, das estratégias e práticas de flexibilização por parte dos empregadores, dos mecanismos de formação dos salários e da redistribuição da riqueza gerada, da configuração e das práticas das relações entre os actores colectivos representantes dos assalariados e dos empregadores, do enquadramento jurídico-institucional das relações colectivas de trabalho. É neste sentido último que alguns autores defendem a existência de diversos mercados de trabalho no seio da Europa com características estruturais diferenciadoras (IRES, 2000), intrinsecamente associados às diferentes configurações que o Estado-Providência foi tomando no espaço europeu, no pós Segunda Guerra Mundial (Esping-Andersen, 1990 e 1996).

Embora aceitemos, para efeito de análise, que subsistem na Europa vários mercados de trabalhos, tal não nos impede de reconhecer que, no presente, o desemprego é uma das questões que fragiliza, em grande parte dos países, a denominada coesão social. Foi precisamente a constatação de uma certa incapacidade, nos últimos anos, para gerar empregos em quantidade que levou os órgãos da UE a reverem alguns dos pontos da denominada “Estratégia de Lisboa para o Crescimento e Emprego”. Na Cimeira de Lisboa, em 2000, foi fixado um objectivo ambicioso para a UE – “tornar-se num espaço economi-

co mais dinâmico e competitivo do mundo baseado no conhecimento e capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos, e com maior coesão social.” (Boyer *et al*, 2000: 226). Defendia-se, então, uma política de emprego activa que permitisse, entre outros aspectos, no seio de um objectivo mais global que é a construção de uma sociedade do conhecimento: melhorar o emprego; dar prioridade à aprendizagem ao longo da vida; aumentar os empregos nos serviços; promover a igualdade de oportunidades. Medidas que se estimavam que iriam induzir a elevação da taxa de emprego para 70% e o aumento de mulheres empregadas para mais de 60% em 2010<sup>8</sup>.

O Relatório do Grupo de Alto Nível, presidido por Win Kok em 2004, aponta para que tal estratégia estava seriamente comprometida, pela conjugação de vários aspectos: abrandamento da actividade económica nos últimos anos com o conseqüente abrandamento da criação de empregos; evolução demográfica no sentido de um acelerado processo de envelhecimento da população<sup>9</sup>; a persistência de elevadas taxas de desemprego de longa duração (DLD) em numerosos estados da UE; a inactividade de importantes segmentos da população por causa de qualificações insuficientes ou de mecanismos de integração de pessoas com deficiências ou excluídas socialmente; a persistência de uma baixa de produtividade do trabalho na UE nos últimos quatro anos; a sub-utilização dos recursos humanos e investimentos insuficientes na qualificação do emprego<sup>10</sup>.

A revisão da Estratégia de Lisboa feita pelos órgãos políticos da UE, em 2005, reconfigurou alguns dos objectivos anteriores. Estamos no domínio das propostas, e da retórica político-programática, cujas intenções mais específicas passam pelo estímulo ao conhecimento e à inovação, pela criação de

---

<sup>8</sup> Na Cimeira de Lisboa deu-se um passo importante com a integração, nas políticas fundamentais da União Europeia, da Estratégia Europeia do Emprego, que tinha sido formulada na Cimeira do Luxemburgo em 1997.

<sup>9</sup> Presentemente os idosos representam 16% da população total. Em 2010, esse valor passará para 27%. Em simultâneo, a população activa vai diminuir. Em 2030, a população activa representará 280 milhões de pessoas contra os actuais 303 milhões. Sobre a questão do envelhecimento activo, consulte-se Guillemard (2004).

<sup>10</sup> Em simultâneo com os aspectos apontados existem outros que vão ao arripio dos objectivos económicos e sociais da Estratégia de Lisboa, nomeadamente à existência de importantes desigualdades na distribuição dos rendimentos em alguns dos países (o caso, por exemplo, de Portugal), o desenvolvimento das categorias dos trabalhadores com baixos salários e dos trabalhadores pobres e a manutenção de segmentos importantes de pessoas expostas à pobreza (em 2001, cerca de 15% da população da UE (25) vivia com rendimentos equivalentes ou inferiores a 60% da mediana do respectivo rendimento nacional – UE, 2004).

condições mais atractivas para o investimento e o emprego e pela criação de mais empregos e com maior qualidade. Por sua vez, o crescimento económico e sua tradução no incremento das taxas de emprego emerge, na retórica sobre o futuro da Europa, com um dos aspectos centrais do programa de intervenção política (Rodrigues, 2003).

2. No campo da sociologia<sup>11</sup>, a análise do desemprego tem passado por o considerá-lo como um fenómeno fortemente discriminatório e selectivo socialmente, que incide desigualitariamente nas diferentes categorias populacionais (Sen, 1997). Encontramos um primeiro exemplo disso quando desagregamos o volume de desempregados em função do género. O período de análise que tomámos por objecto neste artigo permite a este propósito tecer algumas considerações que apontamos como relevantes. Numa leitura longitudinal, constatamos que o desemprego não atingiu, de modo igual, homens e mulheres. Entre 2000 e 2004, a taxa de crescimento do desemprego das últimas foi de 65,4%, enquanto nos homens atingiu os 93,6%. Diferenças quantitativas que expressam provavelmente o facto de ter sido o sector secundário, e dentro deste a indústria transformadora, o principal gerador de redução de postos de trabalho onde predomina o emprego masculino, por contrapartida o sector de serviços, fortemente feminizado, acabou por ser menos atingido.

Contudo, tal é concomitante a um dado importante no plano sociológico – o desemprego é um fenómeno predominantemente feminino. Em 2004, as mulheres representavam 52,7%. Decorrente do acima referido crescimento diferenciado, entre géneros, a proporção foi menor aos anos anteriores. Por sua vez, a taxa de desemprego feminina permanece com valores superiores à masculina, em termos globais e para qualquer dos escalões etários considerados (Quadro 2). Apesar da crescente importância, em termos de volume no total da mão-de-obra e da qualificação das profissões que ocupam, as mulheres apresentam uma maior vulnerabilidade<sup>12</sup> ao desemprego. Elas estão

---

<sup>11</sup> A sociologia tem feito o seu caminho teórico na abordagem do desemprego. Actualmente integrando-o ou não numa análise mais ampla (neste caso na denominada sociologia do emprego) várias vias de reflexão são percorridas sobre o desemprego: delimitação estatística das suas dimensões; modalidades de intervenção estatal por intermédio das políticas de emprego; processos de entrada e de saída do desemprego; vivências do desemprego com uma particular atenção às características e comportamentos dos desempregados; construção e uso dos indicadores de categorização e de medida do desemprego (numa vertente de forte imbricação entre a história e a sociologia).

<sup>12</sup> Seguindo a conceptualização de Freyssinet (2004: 12), vulnerabilidade indica a probabilidade de ingresso no desemprego, durante um dado período, no conjunto de uma dada população.



Evoluções recentes do desemprego em Portugal

mais fragilizadas no mercado de trabalho na medida em que predominantemente ocupam postos de trabalho pouco qualificados e contratualmente precários, os quais são objecto privilegiado de redução em momentos de crise económica e de contracção dos custos salariais das organizações. Aqui Portugal segue a tendência na UE, em que as mulheres estão globalmente mais expostas ao desemprego que os homens.

**Quadro 2**  
**Taxas de Desemprego por grupo etário e sexo e proporção do**  
**desemprego por grupo etário e sexo no total do desemprego**

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Taxa de Desemprego							
15-24 anos - HM	10,4	8,8	8,6	9,4	11,6	14,5	15,3
H	8,2	7,2	6,2	7,2	9,8	12,4	13,5
M	12,9	10,8	11,6	12,1	13,9	17,0	17,6
25-34 anos - HM	5,6	4,8	4,1	4,1	5,6	7,5	7,2
H	4	3,9	2,7	3,0	4,3	6,4	6,0
M	7,3	5,9	5,7	5,3	7,2	8,8	8,5
35-44 anos - HM	3,9	3,7	3,2	3,2	4	5,1	5,5
H	2,8	3,1	2,8	2,4	3,0	4	4,4
M	5,1	4,5	3,6	4,2	5,2	6,4	6,8
> 44 anos - HM	3,0	2,9	2,7	2,6	3,0	3,6	4,5
H	3,0	3,1	2,5	2,4	2,9	3,7	4,5
M	3,2	2,5	2,8	2,9	3,1	3,6	4,6
% no Desemprego Total							
15-24 anos - HM	29,9	27,3	28,3	29,8	28,7	26,1	24,4
H	29,2	25,4	26,5	30,0	30,2	26,1	25,3
M	30,4	29,1	29,7	29,7	27,4	26,2	23,7
25-34 anos - HM	29,2	28,6	27,0	26,5	29,5	32,0	29,2
H	25,7	25,5	21,7	23,9	26,2	30,2	26,8
M	31,8	31,5	31,1	28,4	32,3	33,5	31,3
35-44 anos - HM	18,9	20,7	19,8	19,7	19,7	20,2	20,8
H	17,1	18,8	21,2	17,9	17,5	17,8	18,4
M	20,4	22,5	18,8	21,0	21,6	22,3	22,9
> 44 anos - HM	22,0	23,4	24,8	24,0	22,1	21,7	25,5
H	28,0	30,3	30,6	28,2	26,1	25,9	29,5
M	17,4	16,9	20,4	20,9	18,7	18,0	22,1

Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

O aumento do desemprego fez-se sentir para todos os grupos etários com importantes acréscimos das taxas de variação anuais (Anexos A e B). Destacam-se os grupos dos 25 aos 34 anos e dos 44 anos e mais, que con-

tribuíram respectivamente em 32,0% e 26,5% para a variação líquida total do desemprego, entre 2000 e 2004 (159,5 mil indivíduos). A vulnerabilidade ao desemprego demonstrada pelo grupo dos 25 aos 34 anos encontra-se provavelmente explicada, como veremos mais à frente, por integrarem o segmento dos assalariados que detinham contratos a termo certo cuja finalização foi uma das principais justificações de transição para o desemprego.

A evolução quantitativa observada induziu uma alteração do peso de cada grupo no total do desemprego, materializando uma alteração da estrutura etária do desemprego no sentido da diminuição do grupo dos jovens e da subida dos outros grupos, em especial do referente aos 25 aos 34 anos. A par dos indicadores antes utilizados, as taxas de desemprego evidenciam empiricamente a natureza desigual e selectiva do próprio desemprego. Assim, registam-se fortes tendências de subidas das taxas para os dois grupos mais jovens, em termos do total e ambos os sexos. Por sua vez, a variação no sentido da subida da taxa de desemprego dos indivíduos com mais de 44 anos é de sublinhar, na medida em que se refere a um segmento da população assalariada em que predominam determinadas propriedades sociais, que se reforçam mutuamente - as baixas qualificações académicas e profissionais, um *habitus* profissional pouco propenso à mobilidade profissional e a novas aprendizagens, baixos recursos monetários capitalizados, idade considerada elevada pelas práticas de recrutamento de mão-de-obra - que tornam a sua futura reinserção laboral marcada pela incerteza.

Encontramos nos valores que assumem os indicadores sobre o desemprego juvenil (15 aos 24 anos) a demonstração empírica de uma das debilidades do mercado de trabalho em Portugal, em particular em períodos de crise económica como o que tem acontecido desde 2001. A respectiva taxa de desemprego aumentou 6,7 p.p. entre 2000 e 2004 (neste período o número de desempregados jovens aumentou em 31,1 mil indivíduos, o que equivale a 19,5% do desemprego total), representando, neste ano, mais do dobro da taxa de desemprego total, o que, por sua vez, ilustra a natureza desigualitária do fenómeno em causa e como os jovens tem sido um dos segmentos populacionais fortemente atingidos pela presente crise de emprego (Quadro 2). Desigualdade que mostra outra das suas facetas, se desagregarmos o desemprego dos jovens por género, concluindo-se pela maior vulnerabilidade das raparigas (taxa de desemprego, em 2004, de 17,6%). Como vários estudos têm demonstrado (por exemplo o de Fondeur, 1999), o nível de emprego dos jovens, e dos outros segmentos da população activa, depende da eficiência do desempenho da actividade económica, todavia ele é mais sensível as flutu-

ações conjunturais do que os restantes. O caso português é bem exemplo disso, como veremos<sup>13</sup>.

O incremento da taxa de desemprego juvenil ocorreu simultaneamente com uma diminuição ao longo do período (com excepção dos anos de 2001 e 2002) do volume da população activa jovem (Anexos A e B). A quebra dos fluxos de entrada na actividade resulta principalmente do prolongamento da permanência dos jovens no sistema educativo e de formação profissional, embora seja de admitir, e na sequência do que atrás explicitámos, que também existiram passagens para situações de trabalho no sector informal (não contabilizadas como tal) ou para a condição de inactividade escolar sem procura activa de um emprego.

Antes de avançarmos com outros dados e considerações sobre esta questão, afigura-se-nos necessário sublinhar algumas notas. Subsiste abundante literatura sobre a pertinência ou não do uso da categoria “jovens” e de como ela é accionada numa função encobridora das dinâmicas da realidade social em especial quanto ao seu efeito socialmente homogeneizante (Pais, 1993 e 2001; Cabral e Pais, 1998; Gonçalves *et al*, 1999). Em termos analíticos, e não é redundância afirmá-lo, a ruptura com essa falsa imagem de homogeneidade deve dar lugar à valorização da heterogeneidade interna tão importante para se perceber, por exemplo, como as trajetórias formativas, os modos de transição para o trabalho, os processos de mobilidade inter e intra-organizações ou os processos de entrada e saída da inactividade, do emprego e do desemprego estão fortemente associados às origens sociais dos jovens.

No caso específico das análises sobre o mercado de trabalho quando se destaca a categoria de jovens, de modo isolado ou em relação com outros grupos etários, não nos podemos deixar de questionar sobre: i) a validade da utilização de uma amplitude temporal dos 15 aos 24 anos, quando é perfeitamente reconhecido que subsistem, em termos de escolaridade e transição para o trabalho, diferenças entre o período dos 15 aos 19 e o dos 20 aos 24 anos, o que deveria conduzir à utilização preferencialmente, em termos estatísticos, destes dois escalões (Lefresne, 2003; Demazière, 2004); ii) o uso corrente do termo inserção, qualificativo do emprego dos jovens como uma passagem linear e marcado pela estabilidade, quando o que existe são transições para o trabalho marcadas pela fluidez, indefinição e incerteza (Rose, 1998; Gonçalves *et al*,

---

<sup>13</sup> Quando se aborda o denominado desemprego juvenil torna-se pertinente não esquecer que o mesmo representa um volume limitado de sujeitos comparativamente à totalidade da população do escalão etário de referência. Em 2004, o rácio de desemprego dos jovens (total dos jovens desempregados em percentagem do total do mesmo grupo de idade) era de 6,7%.

1999; Guerreiro e Abrantes, 2004); iii) decorrente disto, e em parte também demonstrativo da actual complexidade das dinâmicas do mercado de trabalho, as fronteiras entre os stocks de população – inactividade e actividade ou emprego e desemprego – são, por vezes, imprecisas, difíceis de serem delimitadas, o que conduz a sub-avaliações de situações como o desemprego dos jovens (razão para um uso cauteloso dos indicadores – volumes e taxas – sobre o emprego dos jovens), os quais marcam fases da sua vida pós finalização dos estudos, inserindo-se em processos entrecortados por períodos, de duração diferenciada, de emprego (formal ou informal)/desemprego/formação/inactividade; iv) a omissão sobre a temporalidade dos fenómenos sociais ou, dito por outras palavras, a sua inscrição sócio-histórica, que conduz à comparabilidade entre gerações e, em simultâneo, impede a apreensão dos denominados efeitos de geração em contextos particulares do mundo do trabalho.

Retomando a nossa análise, constatamos que o desemprego juvenil apresenta taxas elevadas na UE (Quadro 3), que indicam globalmente que a vulnerabilidade ao desemprego é duas vezes mais forte antes dos 25 anos de idade.

**Quadro 3**  
**Taxa de Desemprego Juvenil na União Europeia**

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Bélgica	22,1	22,7	17,0	17,5	18,5	21,0	19,8
Dinamarca	7,3	8,8	7,0	8,4	7,9	9,9	8,2
Alemanha	15,0	12,7	10,6	12,8	14,2	14,7	15,1
Grécia	30,1	31,9	29,2	28,2	26,8	26,8	26,9
Espanha	31,3	25,8	22,9	21,7	22,3	22,7	22,1
França	25,6	23,4	20,1	19,4	20,0	21,1	22,0
Irlanda	11,3	8,4	6,7	6,7	8,0	8,3	8,3
Itália	29,9	28,7	27,0	24,1	23,1	23,7	23,6
Luxemburgo	6,9	6,9	7,2	7,3	8,3	11,4	12,9
Holanda	7,6	6,8	5,7	4,5	5,0	6,3	8,0
Áustria	6,4	5,4	5,3	5,8	6,7	8,1	9,7
Portugal	10,6	9,1	8,9	9,4	11,6	14,4	15,4
Finlândia	23,5	21,4	21,4	19,8	21,0	21,8	20,7
Suécia	16,1	12,3	10,5	10,9	11,9	13,4	16,3
Reino Unido	13,1	12,8	12,3	11,9	12,1	12,3	12,1
UE (15 países)	19,0	17,1	15,3	15,1	15,6	16,3	16,6
UE (25 países)	19,4	18,4	17,4	17,6	18,1	18,6	18,7

Fonte: Eurostat

Por sua vez, subsistem importantes disparidades entre países. A este propósito importa sublinhar que a reflexão sobre o desemprego juvenil passa necessariamente por se considerar que este tipo de desemprego (que classificamos como um desemprego de inserção) reflecte as relações entre o sistema educativo e o sistema de emprego quanto a certos aspectos, como a duração da escolaridade, a preparação para o início de uma vida profissional, em termos de conhecimentos e qualificações e as formas de transição entre a condição de estudante e a de empregado ou potencial empregado. Igualmente importa ter presente que na configuração destas relações, e na Europa, assumem um papel relevante as políticas públicas de emprego activas, de natureza diversa, bem como as estratégias de recrutamento por parte das organizações (Boyer *et al*, 2000). Tudo isto remete para os designados “sistemas nacionais de inserção profissional”<sup>14</sup> (Lefresne (2003: 8) que, no espaço europeu, apresentam diferentes modulações conforme o país<sup>15</sup>.

Como acima defendemos, um vector explicativo do desemprego dos jovens encontra-se precisamente na situação global do mercado de trabalho, em termos de uma maior ou menor capacidade de criação de empregos, o que, por sua vez, depende do nível da actividade económica. Em conjunturas marcadas pelo aumento do desemprego, os jovens são objecto privilegiado das práticas dos empregadores de redução do volume de mão-de-obra nas organizações e, simultaneamente, de contracção do seu peso nas admissões. Práticas que terão de ser enquadradas naqueles sistemas nacionais de inserção profissional.

O agravamento do desemprego juvenil no nosso país ocorreu em todos os níveis de escolaridade, embora de forma desigual (Quadro 3). Em particular, destacam-se as taxas de desemprego, em termos de grau e de evolução, dos jovens com maiores níveis de escolaridade e dos que estão no nível oposto. Precisamente estes últimos foram os únicos que não beneficiaram da desaceleração do crescimento do desemprego que se verificou em 2004.

---

<sup>14</sup> De um modo simplificado, o autor refere-se ao conjunto de normas particulares a cada país que regulam e enquadram o acesso dos jovens à relação salarial (Lefresne, 2003: 21).

<sup>15</sup> Uma das consequências da utilização daqueles instrumentos conceptuais é que as comparações internacionais entre os indicadores perdem pertinência desde que não devidamente referenciadas aos contextos nacionais. Embora com uma linguagem diferente coloca-se novamente o que defendemos, em momento anterior deste texto, sobre a pluralidade de mercados de trabalho na Europa.

**Quadro 3**  
**Taxa de desemprego juvenil por nível de escolaridade (15-24 anos)**

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Básicos – 1º e 2º ciclos	8,3	7,1	8,3	8,0	11,2	13,5	17,6
Básicos – 3º ciclo	10,5	8,9	8,4	9,9	11,4	13,4	13,4
Secundário	12,3	9,3	9,1	9,3	9,8	14,2	13,5
Superior	14,5	11,2	10,0	13,4	17,3	23,8	20,5
Taxa de Desemprego Juvenil	10,4	8,8	8,6	9,4	11,6	14,5	15,3

Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego e Relatórios do Banco de Portugal*

O comportamento do indicador sobre os jovens mais escolarizados merece-nos algumas considerações, que serão complementadas quando, em momento posterior deste texto, introduzirmos os dados correspondentes ao desemprego registado do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP). Em primeiro lugar, encontramos recorrentemente ao longo do período a taxa de desemprego dos jovens detentores do 1º e 2º ciclos do Ensino Básico com valores inferiores face à taxa de desemprego juvenil e às taxas dos outros níveis, o que indicia genericamente uma menor vulnerabilidade face ao desemprego. Situação semelhante encontramos no período anterior a 1998 em relação à população mais jovem ou para o total das idades (Gonçalves, 2003; MTS, 1999 e 2000). Embora tenhamos que atender às particularidades inerentes aos processos de transição ao trabalho por parte dos jovens, a razão principal para a situação apontada radica-se fundamentalmente nas características técnicas, produtivas e organizativas predominantes no tecido empresarial que induzem a criação e manutenção de postos de trabalho pouco qualificados, que poderão ser ocupados por sujeitos com um escasso nível de habilitações escolares e profissionais.

Em segundo, observam-se as elevadas taxas dos jovens com um diploma do ensino superior comparativamente às restantes taxas e à correspondente totalidade do desemprego juvenil. Manifestamente, pelo menos nos anos mais recentes, a posse desse diploma, outorgado por uma universidade ou um instituto politécnico, não funcionou como um meio de resguardo face à exclusão do emprego<sup>16</sup>. A maior vulnerabilidade dos diplomados é resultante de um

<sup>16</sup> Para Portugal (2004), as dificuldades de inserção laboral dos sujeitos com uma titulação universitária são fundamentalmente de natureza conjuntural. O investimento feito em educação pelos jovens e respectivas famílias acabará por permitir o acesso a empregos coincidentes com a sua formação académica e geradores de recursos superiores aos que serão obtidos por jovens não possuidores da titulação universitária. Importa igualmente considerar que a permanência no desemprego para os recém diplomados pelo ensino superior poderá traduzir, para uma parcela dos

aspecto específico da crise económica e financeira que o país vem atravessando desde 2001: redução substancial dos fluxos de ingresso dos diplomados na administração pública por motivo da contenção das despesas públicas. Redução que adquire uma ampla expressão, em termos do mercado de trabalho, quando, como no caso português, o Estado tem sido nas últimas décadas um dos principais empregadores dos jovens saídos do ensino superior com uma titulação de nível superior<sup>17</sup>.

Está ainda por estudar, de um modo fino, os volumes e composições por áreas científicas de titulação dos diplomados que ingressaram na administração pública no passado recente. Estudo crucial para se compreender o papel do Estado na alocação deste tipo de mão-de-obra e que deveria ser complementado em outras direcções. Referimo-nos especificamente: i) avaliação das opções feitas pelas instituições de ensino (universidades/politécnicos ou públicas/privadas) quanto às áreas científicas de formação como dirigidas, preferencial ou exclusivamente, para o emprego público; ii) análise da oferta de emprego consentânea com a formação académica dos diplomados do ensino superior por parte do sector empresarial privado da economia; iii) identificação dos processos de desclassificação, dos jovens resultantes da sua inserção em empregos que requerem um perfil qualificacional inferior à sua formação - processos que se avolumam em contextos marcados pelo desemprego ou, então, quando subsiste uma penúria de empregos correspondentes à formação dos jovens<sup>18</sup>.

---

sujeitos, a procura de um emprego que se adegue ao seu perfil formativo. O sucesso dessa procura será uma forma de impedir a desqualificação social que ocorreria no caso da aceitação de um emprego sub-qualificado face à sua formação escolar. Nestes casos estaremos pela afirmação da “lógica de honra” (Iribarne, 1990), que só se torna possível quando esses jovens pertencem a classes sociais cujos recursos económicos possibilitam a sua permanência numa situação de desemprego.

<sup>17</sup> Numa abordagem funcionalista das relações entre o sistema de ensino e o sistema económico, as dificuldades de inserção laboral dos jovens são interpretadas como um sinal explícito de que a escola produz diplomados cujos conhecimentos e competências se encontram desajustados face às necessidades das organizações económicas. A solução de tal disfuncionamento social passaria pelo reajustamento do sistema escolar e a sua sujeição a uma posição mais utilitarista face aos objectivos económicos no seio da estrutura social. Esta crítica faz-se sentir, por exemplo, com maior premência face aos cursos das áreas científicas das Humanidades e das Ciências Sociais considerados como geradores de potenciais desempregados. Consideramos que é uma leitura fortemente limitada das dinâmicas sociais que permeiam quer o sistema de ensino, quer o sistema económico, quer as especificidades de cada um deles.

<sup>18</sup> Segundo estudos recentemente publicados, em 25 países europeus 50,0% dos jovens qualificados ocupam empregos que reflectiam o seu nível de qualificação académica. No caso de Portugal esse valor é de 65,2% para as mulheres e 79% para os homens (Eurydice, 2005).

Entretanto, e no momento presente, a questão transversal do emprego e do desemprego dos diplomados terá, necessariamente, que ter em conta as alterações substantivas ocorridas no ensino superior. Num curto espaço de tempo verificou-se um aumento e diversificação, temática e territorial, da oferta institucional desse sector do ensino, que contribui decisivamente para um aumento da correspondente procura. Entre 1990 e 2003 o número de alunos inscritos cresceu continuamente de 186.773 para 388.724, enquanto o volume de diplomados quase duplicava entre 1993 e 2003, evoluindo de 32.598 para 67.673, respectivamente (Oces, 2005). O incremento da importância do ensino superior contribui para uma melhoria do perfil de escolarização da população nos anos 90 – o peso de indivíduos diplomados com o ensino superior passou de 6,6%, em 1991, para 11,4%, em 2001, no total da população residente dos 25 aos 64 anos (Resende e Vieira, 2003). Olhando mais especificamente para a população activa, e segundo o IE, a proporção de indivíduos detentores de um título do ensino superior era de 13,2 em 2004 contra 8,7 em 1998<sup>19</sup>. Consideramos serem alterações significativas, em termos de aumento qualificacional da população, que, contudo, ainda nos mantêm afastados dos padrões educacionais de uma parcela substancial dos outros países integrantes da UE<sup>20</sup>.

Ao longo do período em análise a composição dos desempregados por condições de entrada nessa situação sofreu algumas alterações que são de registar. Considerando, em primeiro lugar, a partilha dos desempregados em dois grandes segmentos – procura do primeiro emprego e procura de novo emprego - observamos um forte acréscimo em ambos (80,2% e 77,3%, respectivamente) nos últimos quatro anos (Anexo A). Entretanto, a principal contribuição para o crescimento global do desemprego foi dada pelo forte fluxo de indivíduos com um estatuto anterior de empregado (representa 86,3% do aumento total do desemprego). O peso dos desempregados à procura do primeiro emprego decresce ao longo dos anos, subindo substancialmente o peso dos que perderam o emprego por despedimento individual – um

---

<sup>19</sup> Entretanto regista-se a redução da proporção dos que detêm habilitações iguais ou inferiores ao 3º ciclo do Ensino Básico no total da população empregada. Evolui de 80,7%, em 1998, para 73,3% em 2004 segundo o IE.

<sup>20</sup> Esse afastamento verifica-se face aos indicadores antes apresentados, bem como a outros que directamente se relacionam com a presente qualificação académica da população mais jovem, por exemplo e para 2004 segundo o Eurostat: enquanto na UE 76,7% dos jovens com idades entre os 20 e os 24 anos obtiveram, pelo menos, o nível de educação do secundário superior, entre nós o valor fica pelos 49,0%; o abandono prematuro da escola ocorre para 15,5% dos jovens dos 18 aos 24 anos na UE contra 39,4% no nosso país.



aumento de 8,3 p.p. de 2000 para 2004 (Quadro 4). Por sua vez, vemos que o peso dos desempregados que perderam o emprego por despedimento colectivo e encerramento da empresa cresce substancialmente no último ano, aproximando-se dos valores que o indicador teve nos primeiros anos, só que num contexto de criação/destruição de empregos substancialmente diferente e muito mais penalizante para quem procura uma reinserção laboral. O fim de um contrato de trabalho de duração limitada permanece, embora com algumas oscilações, como a principal razão para a procura de um novo emprego.

**Quadro 4**  
**Desemprego por razão da procura de emprego (em %)**

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Primeiro Emprego	17,8	14,9	13,3	16,0	15,2	13,5	13,4
Despedimento colectivo e encerramento da empresa	16,6	15,5	16,8	13,9	12,7	13,0	16,8
Despedimento individual	9,6	11,0	11,7	14,0	16,0	19,6	20,0
Fim de um contrato de duração limitada	27,6	28,9	28,4	27,9	27,7	26,1	24,1
Rescisão por mútuo acordo	13,6	15,0	16,2	8,5	8,8	9,9	10,9
Outras razões	14,7	14,8	13,8	19,7	19,6	17,9	14,8

Fonte: *Relatórios do Banco de Portugal*

O peso de cada uma das condições de entrada no desemprego é um indicador importante dos modos de funcionamento do mercado de trabalho num determinado momento histórico. Reflectindo a natureza da quebra do emprego que se vem vivendo no país e que decorre da crise económica e financeira, no conjunto dessas condições têm uma forte importância as decisões dos empregadores sobre a alocação e gestão dos recursos humanos nas suas organizações, tornando certos segmentos dos assalariados mais vulneráveis ao desemprego. Isso acontece, por exemplo, face aos que detêm uma relação contratual precária. A este propósito note-se que a evolução do emprego caracterizou-se até 2003 por um aumento do peso das formas contratuais de emprego não permanente (Quadro 5)<sup>21</sup>.

<sup>21</sup> É de referir que em termos de variações líquidas anuais, em 2003 e 2004 o número de contratos de trabalho não permanentes decresceu, o que explica as ligeiras quebras que se registam nas respectivas posições percentuais (Quadro 5). Provavelmente para isso contribui a ligeira recuperação da economia ocorrida no último ano.

**Quadro 5**  
**Evolução das formas contratuais de emprego (em %)**

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
% de contratos com termo no total do emprego	12,2	13,1	13,7	15,0	15,9	15,6	15,1
% de contratos não permanentes no total do emprego	17,2	18,7	19,9	20,3	21,5	20,6	19,8

Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Os dados apresentados são significativos da importância que a precariedade vem assumindo no mercado de trabalho no nosso país, que neste texto unicamente pode ser apresentada em termos de volumes e da sua respectiva evolução temporal. Tem sido objecto privilegiado da análise sociológica, por vezes em confronto com a economia, a análise das experiências vividas pelos agentes sociais marcados pela precariedade laboral e as consequências desta sobre as várias dimensões da vida social (Balazs, 1983; Estramiana, 1992; Benoît-Guilbot e Gallie, 1992; Marauni e Reynaud, 1993; Kergoat, 1998, Kovács, 2002 e 2005). Por sua vez, e em parte decorrente da extensão das denominadas formas particulares de emprego e da continuada instabilidade económica que se vem verificando nos países europeus, é de registar quer a emergência de uma conceptualização mais ampla de precariedade, defendida por Paugam (2000)<sup>22</sup>, quer a valorização analítica, em determinados trabalhos (Pinto, 2000; Torrente, 2004; Davezies, 2004; Dubar, 2004; Vendramin, 2005; Weber, 2005), da associação que existe entre precariedade laboral, individualismo, insegurança, sofrimento e crise identitária, demonstrando que a precariedade laboral é, na actualidade, uma das principais fontes de insegurança e de sofrimento.

A composição da população desempregada à procura de novo emprego por sector da última actividade sofreu algumas alterações. A par da importância dos Serviços, aumentou a importância da Indústria, Construção, Energia e Água. Evolução que vem corroborar o que se disse anteriormente sobre a evolução sectorial do emprego.

<sup>22</sup> Para Paugam (2000) a precariedade remete para duas dimensões: a insatisfação no trabalho e a instabilidade no emprego. Neste última – precariedade do emprego –, o assalariado tem um futuro laboral incerto, pois está vinculado por um contrato a tempo determinado ou então o seu emprego poderá estar em causa por um despedimento colectivo. Já quando o assalariado tem um trabalho em que o salário é baixo, sem interesse para ele e em que o seu envolvimento não é reconhecido na empresa, então o autor qualifica como uma situação de precariedade do trabalho.

**Quadro 6**  
**População desempregada à procura de novo emprego por sector**  
**da última actividade (unidade: 1.000 indivíduos)**

	2002	2003	2004
Agricultura, Silvicultura e Pesca	10,8	11,5	9,6
Indústria, Construção, Energia e Água	94,5	124,5	135,9
Serviços	124,0	160,1	170,4
Total	229,3	296,1	315,9

Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Analisadas as condições de entrada no desemprego, passemos agora para a questão da permanência nesse estado. Como consequência do crescimento dos fluxos de entrada no desemprego, observa-se um decréscimo da duração média do desemprego, em 2002 e 2003, interrompido posteriormente pelo avolumar dos que foram permanecendo retirados de uma actividade profissional (Quadro 7). Em termos absolutos, todos os escalões de duração do desemprego ampliaram-se com maior expressão para os mais longos (Anexos A e B). A taxa de desemprego de longa duração (DLD)<sup>23</sup> agravou-se substancialmente (quase duplica) nos últimos três anos, enquanto o peso destes desempregados atingia 46,3% do total do desemprego em 2004 – neste ano o número de desempregados de longa duração ascendia a 169,0 mil indivíduos contra 85,1 mil em 2002 (uma taxa de variação de 98,5%). Demonstrativo do alongamento da duração do desemprego encontra-se a evolução, no sentido da subida, que tomou a taxa de desemprego de muita longa duração (DLMD)<sup>24</sup> e a proporção do correspondente segmento de desempregados no total do desemprego.

**Quadro 7**  
**Indicadores globais sobre a duração do desemprego**

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Duração média do desemprego (em meses)	21,9	19,4	20,6	18,2	17,6	16,2	19,7
Duração do Desemprego (em % do total)							
< 1 mês	a)	9,4	8,5	9,1	8,3	6,5	5,8
1 a 6 meses	a)	35,4	34,8	36,8	40,8	38,1	32,1
7 a 11 meses	a)	14,9	14,1	13,6	13,3	17,4	15,6

<sup>23</sup> O DLD mede a proporção de desempregados há mais de um ano no conjunto de desempregados. Sobre a institucionalização da categoria estatística do DLD vejam-se os seguintes textos: Marouni e Reynaud, 1993; Demazière, 1995 e Gonçalves, 2002.

<sup>24</sup> O DLMD mede a proporção de desempregados há mais de dois anos no conjunto de desempregados.

**Quadro 7**  
**Indicadores globais sobre a duração do desemprego (cont.)**

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
12 a 24 meses	a)	20,0	19,2	20,1	18,7	20,6	22,3
25 e mais meses	a)	20,2	23,4	20,4	18,9	17,4	24,2
Taxa de DLD	2,3	1,7	1,6	1,5	1,8	2,1	3,1
% do DLD no Desemprego Total	45,9	38,6	41,4	37,8	35,0	34,8	46,3
Taxa de DMLD	1,3	0,9	0,9	0,8	0,9	1,1	1,6
% do DLMD no Desemprego Total	25,5	19,8	23,3	20,0	18,7	17,3	24,1

a) Sem informação.

Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego e Relatórios Anuais do Banco de Portugal*.

Como assinalámos acima, o DLD persiste como uma das fragilidades dos mercados de trabalho na EU. Em 2004 abrangia 3,4% da população activa (EU 15) - o que representa cerca de 45% do total do desemprego – atingindo mais as mulheres que os homens. Tal como se verifica para os outros indicadores sobre a UE, as diferenças entre países é, por vezes, bem expressiva. Retendo-nos no passado mais recente, sobressaem os valores elevados da Grécia, Alemanha e Itália, situando-se o nosso país num posição intermédia, em termos de hierarquia. Por sua vez, o alargamento da UE, em Maio de 2004, traduziu-se por um agravamento do indicador.

**Quadro 8**  
**Taxa de Desemprego de Longa Duração na União Europeia**

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Bélgica	5,6	4,9	3,7	3,2	3,6	3,6	3,8
Dinamarca	1,3	1,0	1,0	0,9	0,9	1,1	1,2
Alemanha	4,5	4,1	3,7	3,7	3,9	4,5	5,5
Grécia	5,8	6,5	6,2	5,5	5,3	5,3	5,6
Espanha	7,6	5,8	4,7	3,9	3,9	3,9	3,5
França	4,5	4,1	3,5	3,0	3,1	3,7	3,9
Irlanda	3,9	2,4	1,6	1,3	1,3	1,5	1,6
Itália	6,7	6,7	6,3	5,7	5,1	4,9	4,0
Luxemburgo	0,9	0,7	0,6	0,6	0,8	0,9	1,0
Holanda	1,5	1,2	0,8	0,6	0,7	1,0	1,6
Áustria	1,3	1,2	1,0	0,9	1,1	1,2	1,3
Portugal	2,2	1,8	1,7	1,5	1,7	2,2	3,0
Finlândia	4,1	3,0	2,8	2,5	2,3	2,3	2,1
Suécia	2,6	1,9	1,4	1,0	1,0	1,0	1,2
Reino-Unido	1,9	1,7	1,4	1,0	1,0	1,0	1,2
UE (15 países)	4,4	3,9	3,4	3,1	3,1	3,3	3,4
UE (25 países)	4,4	4,1	3,9	3,8	3,9	4,0	4,1

Fonte: Eurostat

Consideramos que o DLD é uma das fragilidades da UE na medida em que a sua presença, com os valores antes indicados, deixa antever o agravamento da situação de penosidade que já é o desemprego para segmentos da população activa. Têm sido amplamente analisados os plurais efeitos do desemprego em termos sociais, pessoais, económico-financeiros e políticos em estudos que foram pioneiros na abordagem do tema, como o de Lazarsfeld *et al* (1981) sobre os desempregados da cidade austríaca de Marienthal, em 1931, ou os que mais recentemente se publicaram (Blanch, 1990; Freyssinet, 2004; Holcman, 2003; Rosa *et al*, 2000). Se os estudos realizados evidenciam as disparidades das situações vivenciadas pelos agentes, não deixam de igualmente as equacionar face a aspectos que emergem como explicativos. Por exemplo, a antiguidade no mercado de trabalho, a trajectória profissional anterior e as qualificações académicas e profissionais dos desempregados, as redes sociais em que eles se inserem, que funcionam como suportes de apoio, em termos económicos e psico-sociais, ou mesmo como meios importantes para a reinserção laboral e as motivações e atitudes face ao trabalho, em geral, e ao emprego, em termos mais específicos<sup>25</sup>. Por outro lado, ressalta como uma forte evidência empírica as ligações estreitas entre desemprego, pobreza e exclusão social (Paugam, 1996).

O alongamento da duração do desemprego amplia as dificuldades de segmentos de desempregados voltarem a inserir-se profissionalmente, fragilizando, deste modo, a sua empregabilidade<sup>26</sup>. Uma menor probabilidade dos

---

<sup>25</sup> Estudos que igualmente salientam a importância das políticas de emprego de natureza estatal, no quadro mais global das funções do Estado Providência, para a sobrevivência dos desempregados na vida quotidiana e para a sua futura activação laboral.

<sup>26</sup> Actualmente o termo empregabilidade é usado correntemente nem sempre de forma unívoca e perfeitamente clara. Como salientamos em texto anterior (Gonçalves, 2003), o uso mais tradicional do termo empregabilidade indica genericamente a probabilidade que um sujeito à procura de um emprego tem em encontrá-lo (Ledrut, 1966) ou, dito de outra forma, a probabilidade que um indivíduo tem em sair da situação de desemprego e (re)inserir-se profissionalmente (Gazier, 1990 e Demazière, 1995a). Ultimamente evolui-se para uma definição mais ampla em que se põe a tónica igualmente na melhoria das qualificações e da formação escolar e profissional ao longo das trajectórias profissionais dos sujeitos, de modo aos mesmos não ficarem fragilizados face às turbulências que trespassam o mercado de trabalho. Contudo, tal direcção esconde uma armadilha, de natureza conceptual, que se consubstancia no facto de, na análise quer do desemprego, quer do emprego, o termo remeter exclusivamente para as propriedades sociais e trajectórias profissionais dos sujeitos. Esta tendência reduz tendencialmente a questão da empregabilidade ao nível do indivíduo e é fortemente redutora, ocultando as dinâmicas plurais e complexas do mercado de trabalho. Consideramos que a análise da empregabilidade deve equacionar, em simultâneo, as propriedades e trajectórias dos profissionais, o contexto económico, em termos de crescimento da actividade produtiva, as práticas de selecção e recrutamento da mão-de-obra por parte das empresas, bem como nestas se configuram as relações de trabalho e a utilização das competências e, ainda, as configurações que tomam os mercados de trabalho (Freyssinet, 1989; Demazière, 1995a e 1995b; Paugam, 1998; Malicet, 1997).

desempregados de obterem um emprego quanto mais tempo estão no desemprego tem sido comprovada (Benoît-Guilbot e Gallie, 1992; Demazière, 1995a, 1995b), sendo destacados diversos eixos explicativos (que não são mutuamente exclusivos) sobre a questão. Genericamente, a antiguidade no desemprego expressaria (Demazière, 1995b; Gonçalves, 2003; Freyssinet, 2004) a conjugação de um conjunto de propriedades sociais (idade, sexo - as mulheres mais fragilizadas -, qualificações académicas baixas e as profissionais desajustadas às necessidades dos postos de trabalho, fraca e pouco qualificante experiência profissional)<sup>27</sup>; a perda ou redução das qualificações profissionais decorrente do seu não uso recorrente; o desencorajamento e afrouxamento da motivação para a procura activa de emprego; uma representação social negativa por parte dos empregadores, que interpretam a situação dos desempregados de longa duração como um indicador explícito da sua fraca motivação para o trabalho ou das suas débeis qualidades profissionais; e, por último, uma estratégia dos desempregados, ditada por uma continuada ponderação entre custos e benefícios, no sentido da obtenção do melhor emprego - quanto à remuneração e a outros aspectos -, o que conduz ao alongamento da sua situação.

Alguns dos eixos indicados valorizam, por vezes de modo absoluto, as atitudes, comportamentos e propriedades sociais dos desempregados como geradores do prolongamento temporal da sua situação no mercado de trabalho e, correlativamente, da degradação da sua empregabilidade, como é o caso do último desses eixos que se enquadra nas teorias do desemprego voluntário. Para análise do DLD deverá ser outro o caminho teórico. Não escamoteando o efeito perverso que algumas das propriedades sociais dos agentes têm na sua (re)inserção profissional, deve-se colocar, igualmente, o acento explicativo na forma e intensidade que assumem as dinâmicas económicas, proporcionadoras quer de um maior ou menor volume de emprego, quer do desaparecimento de ocupações, por força por exemplo da inovação tecnológica, quer das estratégias de gestão de mão-de-obra pelas organizações económicas, reactivas à contratação de desempregados de longa duração (Gonçalves, 2003).

Como temos vindo a testemunhar, o desemprego e o DLD são socialmente selectivos com consequências desiguais ao nível da população. Em parte como consequência disto, mas igualmente da complexidade das

---

<sup>27</sup> Em artigos anteriores (Gonçalves, 2002 e 2003), realizámos uma análise fina do DLD referenciada àquelas propriedades sociais. A inexistência para o período de 1998 a 2004 de informação publicada do IE que sustentasse esse objectivo impede-nos de avançar na mesma direcção no presente texto.

dinâmicas dos mercados de trabalho, em que a diversidade de situações e de trajectórias não são passíveis de serem representadas pelos indicadores estatísticos ou mesmo objecto de interpretações teóricas consistentes e credíveis, emergiram, de um modo mais claro que no passado, análises que enveredam pela valorização de quadros conceptuais que colocam a ênfase na descoberta das diversidades. Vai neste sentido a proposta de Freyssinet (2004: 41) de uma tipologia de desempregados: “desemprego repetitivo”; “desemprego de conversão”; “desemprego de exclusão”. Tipos diferenciados face às suas trajectórias entre emprego/desemprego/inactividade, à sua maior ou menor inserção em empregos precários, aos sectores de actividade económica anteriores ao desemprego, à idade, à antiguidade no seio da população activa, às condições de entrada e de provável saída do desemprego, à duração e repetitividade dos períodos de desemprego<sup>28</sup>, para indicar os aspectos discriminantes mais importantes.

Uma apreensão mais fina da heterogeneidade que marca o fenómeno do desemprego implicaria a abordagem das condições de saída deste estado por parte dos sujeitos sociais. Fizemos antes uma primeira abordagem a essa questão através do relacionamento da duração do desemprego com a empregabilidade. A partir dos dados do IE é unicamente possível uma quantificação dos processos de transição de entrada e saída do desemprego, o que é de certo modo ainda insuficiente para uma caracterização sociológica da (re)inserção laboral ou da inactividade. Em termos de entrada, e de acordo com o Quadro 9, aumentaram os fluxos a partir de dois estados iniciais (emprego e inactividade). Por sua vez, as transições de saída evoluíram no sentido da baixa, o que corresponde à fase de maior agravamento do desemprego. Provavelmente as alterações feitas, em 2003, às condições de elegibilidade e de permanência no âmbito do sistema de apoio (por via da concessão do subsídio de desemprego) aos desempregados que se encontravam em período imediatamente anterior à reforma, conduziram à quebra dos fluxos para a inactividade registados naquele ano.

---

<sup>28</sup> Para Freyssinet (2004: 44) atender à duração e repetitividade dos períodos de desemprego, em suma, aos trajectos de desemprego protagonizados pelos sujeitos sociais, por um lado, e ao grau de risco de entrada e às probabilidades de saída do desemprego, por outro, poderá ser mais útil para uma análise mais abrangente do fenómeno do desemprego, na actualidade, do que se circunscrever a reflexão a uma utilização das taxas de desemprego. Globalmente concordamos com tal postura metodológica. Só que subsiste uma forte dificuldade de operacionalização, em termos de construção e uso de indicadores estatísticos particulares, para medir o que é proposto o que deixa algumas interrogações sobre as opções metodológicas a realizar, em particular se tivermos objectivos de comparabilidade entre populações.

**Quadro 9**  
**Transições entre diferentes estados no mercado de trabalho (a)**

	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Emprego – Desemprego	1,6	1,6	1,4	1,5	2,1	2,7
Emprego – Inactividade	2,1	2,0	2,0	2,1	2,2	2,1
Desemprego – Emprego	41,5	39,9	40,6	50,2	44,8	43,3
Desemprego - Inactividade	15,9	16,9	15,8	13,7	14,3	13,0
Inactividade – Emprego	7,2	7,1	7,6	8,2	8,2	6,9
Inactividade - Desemprego	2,0	1,6	1,5	1,9	2,2	2,7

a) Transições do ano n para o ano n+1. Valores expressos em percentagem das pessoas que no ano n encontravam-se no estado.

Fonte: MTS (2004)

Em 2004, 51,7% dos desempregados (127,3 mil) que se encontravam à procura de um novo emprego, apurados pelo IE, auferiam de prestações de desemprego<sup>29</sup>. Consequência principal e directa do agravamento do desemprego, o volume dos trabalhadores abrangidos aumentou desde 2001 (56,8 mil indivíduos, representando 45,0%), contribuindo, também para isso, uma ampliação da taxa de cobertura das prestações de desemprego decorrente das alterações feitas, em 2003, às condições de elegibilidade no acesso a essas prestações (Anexo A). A partir dos dados da própria Segurança Social tem-se uma noção mais precisa da evolução do número de beneficiários ao longo dos anos.

**Quadro 10**  
**Beneficiários com prestações de desemprego por ano<sup>30</sup>**

	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Homens	143.510	140.413	138.000	150.855	205.336	237.503
Mulheres	181.700	188.793	199.085	219.290	276.736	308.660
Total	325.210	329.206	337.085	370.145	482.072	546.163

Fonte: Instituto de Informática e Estatística da Segurança Social

A abordagem das indemnizações ao desemprego é geralmente um tema envolto em forte polémica teórica, mas também de confronto de diversas concepções sobre o papel do Estado, nas economias de mercado, e das relações

<sup>29</sup> A protecção social no desemprego actualmente é integrada por diferentes tipos de prestações – subsídio de desemprego, subsídio social de desemprego inicial, subsídio social de desemprego subsequente, prolongamento do subsídio social de desemprego - tendo em conta, entre outros aspectos, a duração do emprego anterior, a idade do desempregado e a duração do período de desemprego.

<sup>30</sup> Os beneficiários contam tantas vezes quantos os tipos de subsídios que vão auferindo, o que não possibilita comparações com outras contabilizações de desempregados, como seja as respeitantes ao desemprego registado do IIEFP.



entre capital e trabalho. Um dos argumentos mais avançados aponta para que uma taxa de reposição elevada e um longo período de atribuição do subsídio de desemprego contribuem para a inexistência de fortes fluxos de saída do desemprego, funcionando como obstáculos a mobilidades mais intensas entre os diversos estados do mercado de trabalho. As posições polarizam-se entre regimes minimalistas, justificados pela necessidade de não se rigidificar institucionalmente o funcionamento do mercado de trabalho, e as que defendem acerrimamente o direito, concretizado o mais amplamente possível, às prestações de desemprego no quadro dos fundamentos dos Estados-Providência ocidentais (Esping-Andersen, 2000). Não é nosso objectivo aprofundar tal discussão, unicamente registamos que, no contexto mais amplo da discussão sobre o futuro da protecção social na Europa, se vêm desenvolvendo novas propostas baseadas nas políticas activas de emprego como elementos axiais do combate ao desemprego (Join-Lambert *et al*, 1997; Holcman, 2003; Gazier, 2005).

A decomposição do desemprego por unidades territoriais – neste caso NUTS II – ao longo do nosso período permite genericamente concluir que o agravamento do desemprego, em termos absolutos e relativos, aconteceu nas regiões em que já subsistia uma tendência anterior de subida do fenómeno em causa (Anexo C). Com efeito, as regiões de Lisboa e Norte registaram aumentos significativos da taxa de desemprego. Regiões onde, nos últimos anos, se concentra cerca de 80% do volume de desempregados, em especial dos jovens. O Alentejo ao longo dos anos manteve-se como a região mais penalizada em que a taxa de desemprego apresentou valores significativamente superiores aos da taxa média nacional.

**Quadro 11**  
**Evolução das taxas de desemprego por regiões (NUTS II)**

	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Norte	4,4	4,1	3,7	4,9	6,8	7,7
Centro	2,2	2,2	2,8	3,1	3,6	4,3
Lisboa a)	-	-	-	6,8	8,1	7,6
Lisboa e Vale do Tejo b)	5,5	5,3	5,1	-	-	-
Alentejo	6,5	5,3	6,9	7,5	8,2	8,8
Algarve	4,7	3,5	3,8	5,2	6,1	5,5
R. A Açores	3,2	2,9	2,3	2,6	2,9	3,4
R. A Madeira	2,7	2,5	2,5	2,5	3,4	3,0

a) Região criada em 2003. b) Região extinta.

Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*.

As disparidades territoriais que ressaltam desta informação estatística configuram mais uma das dimensões, a acrescentar às anteriores, da seletividade social do desemprego. Não é nosso objectivo prosseguir aqui uma análise detalhada por região dos diversos factores de natureza sócio-económica, cultural e política, endógenos ou exógenos, explicativos dessas disparidades. A par da constatação da mesma, unicamente nos quedaremos por um enunciado, forçosamente sintético e esquemático, de alguns desses factores, retomando os nossos enunciados anteriores (Gonçalves 2002 e 2003). Num país como Portugal com importantes assimetrias regionais, de natureza diversa, consideramos que provavelmente assumem importância factores, como por exemplo: a evolução do nível e da composição – sexual e etária, habilitacional e qualificacional, profissional e de rendimentos – da população activa e da população empregada; a intensidade e natureza dos fluxos de entrada e saída nos diversos estados do mercado de trabalho; a maior ou menor intensidade dos processos de mobilidade geográfica intra e inter-regiões; o perfil de especialização produtiva e o grau de dinamismo e eficiência das actividades económicas; as estratégias de gestão da mão-de-obra por parte das organizações económicas, públicas e privadas; os fluxos populacionais e os intercâmbios de conhecimentos, em termos de investigação e desenvolvimento, entre o sistema de ensino-formação e o sistema produtivo; a maior ou menor receptividade cultural à inovação e à mudança sócio-cultural com reflexos directos nas esferas do trabalho e da economia; a natureza organizacional dos actores institucionais que intervêm, directa ou indirectamente, no mercado de trabalho; as formas das políticas estatais de emprego direccionadas para o denominado desenvolvimento regional e os correspondentes montantes financeiros implicados. Em termos mais específicos, e de modo a reduzirem-se as disparidades sócio-económicas entre as regiões ou a limitarem-se as consequências perversas de um intenso crescimento do desemprego, a intervenção directa do Estado tem sido feita por intermédio de acções territorializadas e particulares. Estão neste caso, e para os últimos anos, os Planos Regionais (Trás-os-Montes e Alto Douro, Área Metropolitana do Porto, Alentejo), os Planos de Intervenção (Beira Interior, Península de Setúbal) e ainda o Plano de Promoção do Emprego para o Distrito do Porto.

No início do presente artigo discorreremos sobre os limites da panóplia de conceitos e indicadores estatísticos usados para medir o desemprego e outros estados do mercado de trabalho. Uma análise daquele fenómeno social passa obrigatoriamente por se ter também em consideração categorias da população activa, que, na sequência de operações de partição estatístico-contabilísticas

sobre as dinâmicas sociais, são, de certo modo, retiradas de um cálculo mais abrangente do desemprego. Referimo-nos às dos denominados inactivos disponíveis e dos inactivos desencorajados. Representam segmentos populacionais posicionados nas fronteiras, igualmente marcadas por contornos difusos, e dos fluxos entre a actividade e a inactividade. Esses segmentos poderão vir a transitar para a inactividade escolar ou profissional, para a inactividade como reformado, para o desemprego ou para o emprego, em termos formais ou clandestino. Deste modo, são autênticas reservas de mão-de-obra que deverão ser levadas em linha de conta nas análises sobre o mercado de trabalho. O Quadro 12 fornece-nos a evolução dessas categorias para os últimos anos. Tomando, por exemplo, como referência o ano de 2004, se agregássemos aos desempregados as duas categorias de inactivos, o volume destes passaria para 472,8 indivíduos (uma taxa de desemprego de 8,6%). Isto configura uma situação de desemprego oculto face aos dados que oficialmente expressam o desemprego e, em simultâneo, de subavaliação da própria taxa de desemprego. Por sua vez, não é displicente para a análise o stock e evolução do designado subemprego visível - sujeitos que trabalham a tempo parcial involuntariamente e que desejam transitar para um emprego a tempo completo. Estamos, usando uma outra terminologia, perante um desemprego parcial, que não deixa de ter alguma pertinência quando considerado em conjunto com o desemprego oficialmente reconhecido. Constituem um outro segmento da população activa que, no âmbito das dinâmicas do mercado de trabalho, funciona também como uma reserva de mão-de-obra.

**Quadro 12**  
**Indicadores sobre o mercado de trabalho (a)**

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Activos (conceito BIT)	4.765,7	5.155,4	5.226,4	5.325,2	5.407,8	5.460,3	5.487,8
Desempregados (conceito BIT)	239,2	226,7	205,5	213,5	270,5	342,3	365,0
Inactivos disponíveis b)	86,1	78,2	69,2	74,6	81,2	82,6	79,0
Inactivos desencorajados c)	31,6	32,9	25,9	22,9	24,5	28,1	28,8
Subemprego visível d)	62,6	54,6	46,0	40,7	46,4	52,1	61,3

Notas: a) De 2000 a 2004 os dados têm por referência as estimativas calculadas a partir dos resultados definitivos dos Censos de 2001; b) Inactivos que pretendem trabalhar e estão disponíveis, mas não fizeram diligências nas últimas quatro semanas; c) Inactivos que, estando disponíveis para trabalhar, procuraram emprego há mais de 4 semanas ou nunca procuraram, com os seguintes motivos para o desencorajamento: não ter idade apropriada; não ter instrução suficiente; não saber como procurar; não valer a pena procurar; não haver empregos disponíveis; d) Empregados com duração habitual de trabalho inferior à duração normal do posto de trabalho, que declararam pretender trabalhar mais horas.

Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*.

Importa mais uma vez reforçar a ideia de que as situações acima mais apontadas, mais do que efeito de uma deficiente formulação e aplicação de indicadores, são sim o produto da fluidez das fronteiras entre inatividade, emprego e desemprego, propriedade intrínseca aos modos de funcionamento dos mercados de trabalho.

3. Entre 1998 e 2004, os dados referentes ao desemprego registado do IEFP apresentam notórias similitudes com os do IE tratados nos dois pontos anteriores do nosso texto. No final do ano de 2004 estavam registados nos Centros de Emprego do continente 457.864 indivíduos, o que representava uma variação líquida de mais 142.062 trabalhadores, face a 2000 (taxa de variação de 45,0%). O agravamento do desemprego foi mais notório em 2002 e 2003, vindo a desacelerar no ano seguinte com especial relevância para o stock dos que procuravam um novo emprego. A proporção das mulheres ronda um valor médio anual de cerca de 57% do total dos desempregados, registando-se, por sua vez, que a contribuição mais importante para o crescimento do desemprego foi dada pelo ingresso de homens (54,2% do total do aumento do desemprego nos últimos quatro anos). Subsiste uma mudança da composição etária dos desempregados com um acréscimo da importância, absoluta e relativa, daqueles que detêm 35 e mais anos.

**Quadro 13**  
**Desemprego registado pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional para o Continente**

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Género							
H	151.433	132.559	123.415	124.545	154.891	191.451	200.162
M	219.241	197.553	192.387	191.895	216.522	251.654	257.702
HM	370.674	330.112	315.802	316.440	371.413	443.105	457.864
Grupo etário							
< 20 anos	17.749	13.421	11.986	12.330	14.949	15.767	14.355
20-24 anos	57.446	45.802	41.074	39.390	48.150	55.619	54.140
25-34 anos	92.011	78.421	73.999	75.081	94.593	115.596	114.767
35-54 anos	140.729	128.259	122.218	122.098	141.401	170.233	183.025
55 e mais anos	62.739	64.209	66.525	67.541	72.320	85.890	91.577
Situação face à procura de emprego							
1º emprego	44.491	35.478	32.278	26.182	27.691	32.585	30.712
Novo emprego	326.183	294.634	283.524	290.258	343.722	410.520	427.152
Duração do desemprego por tempo de inscrição							
< 6 meses	136.636	126.833	124.637	135.890	170.763	178.193	183.640

Evoluções recentes do desemprego em Portugal

**Quadro 13**  
**Desemprego registado pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional para o Continente (cont.)**

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
6 a 12 meses	52.946	56.795	53.911	54.823	67.090	90.690	79.705
13 a 24 meses	75.173	63.455	59.044	54.508	64.091	90.619	98.718
24 e mais meses	95.919	83.029	78.210	71.219	69.469	83.603	95.801
Tempo médio de inscrição (meses)	21,4	19,3	17,2	16,4	14,5	13,4	15,0
Níveis de escolaridade							
Nenhum	31.536	28.168	26.673	24.429	24.509	26.404	25.652
Básico - 1º ciclo	131.660	119.380	113.478	111.849	124.005	145.212	153.289
Básico - 2º ciclo	76.638	65.510	60.928	63.028	75.768	90.603	96.146
Básico - 3º ciclo	53.195	46.954	44.747	47.989	58.612	70.798	75.697
Secundário	56.412	49.393	46.614	46.590	59.134	70.876	72.565
Superior	21.233	20.707	23.362	22.555	29.385	39.212	34.515

Fonte: IEFP.

Em sintonia com aqueles dados verificou-se, nos últimos anos, um acréscimo do peso dos desempregados há mais de um ano enquanto o tempo médio de inscrição, com o acréscimo dos fluxos de entrada no desemprego e um volume mais expressivo dos desempregados de curta duração (menos de 6 meses), se contraiu face aos valores dos primeiros anos. O Quadro abaixo evidencia, por sua vez, o aumento geral da entrada e da permanência no DLD para jovens e adultos (registados como desempregados no IEFP).

**Quadro 14**  
**Influxo para o Desemprego de Longa Duração a)**

	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Taxa de Influxo em DLD - Jovens						
HM	17,3	20,2	12,1	17,4	18,7	22,9
H	15,0	15,3	9,5	15,0	16,6	21,5
M	18,8	23,3	13,8	18,8	20,0	23,9
Taxa de Influxo em DLD - Adultos						
HM	15,9	23,8	14,4	17,6	22,5	22,7
H	16,8	24,9	16,7	20,1	25,9	24,3
M	15,3	23,0	13,2	16,3	20,6	21,5

a) Percentagem de jovens/adultos que ficaram desempregados no mês x e continuam desempregados no mês x + 6/12 sem qualquer interrupção.

Fonte: MTS (2005).

Embora com algumas excepções em todos os níveis de escolaridade, verificaram-se acréscimos absolutos e relativos nos respectivos stocks. Ao longo do período, o 1º Ciclo do Ensino Básico é o nível mais comum. Na sequência do que já tínhamos sublinhado anteriormente, entre 2001 e 2003, em particular, assiste-se a um importante aumento do fluxo de entrada no desemprego de sujeitos com uma titulação académica de nível superior (uma variação de 67,8%). O decréscimo verificado, em 2004, poderá ser um sinal da inversão da degradação dessa situação no mercado de trabalho.

**Quadro 15**  
**Desemprego registado no Instituto de Emprego e Formação**  
**Profissional para algumas das profissões no continente**

	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Quadros superiores da administração pública	97	103	106	113	101	97
Directores de empresa	3.952	3.745	3.603	4.256	5.280	5.026
Directores e gerentes de pequenas empresas	465	474	529	584	734	816
Especialistas ciências físicas, matemática e engenharia.	3.013	2.831	2.904	3.860	5.305	5.081
Especialistas ciências da vida e profissionais da saúde	1.333	1.450	1.417	1.434	1.771	1.640
Docentes ensino secundário, superior e profissões similares	1.435	4.275	4.297	6.941	8.715	7.165
Outros especialistas e profissões intelectuais e científicas	10.703	10.082	9.014	10.290	13.241	12.075
Técnicos de nível intermédio da física, química e engenharia	7.878	7.560	7.990	11.186	13.863	13.572
Profissionais de nível intermédio das ciências da vida e da saúde	851	851	862	1.081	1.328	1.361
Profissionais de nível intermédio do ensino	813	1.153	1.311	1.518	2.451	2.169
Outros técnicos e profissionais do nível intermédio	13.969	13.921	14.260	16.804	20.724	20.889

Fonte: IEFP.

Por outro lado, se desagregarmos os desempregados por algumas das profissões<sup>31</sup>, conclui-se o forte crescimento que algumas delas registaram. Destacam-se, entre outras, os “Docentes ensino secundário, superior e profissões similares” e os “Profissionais de nível intermédio do ensino”, os

<sup>31</sup> Considerámos para efeito da nossa análise, as profissões em que se sabe existir uma forte concentração de diplomados pelo ensino superior. Estamos unicamente perante um exercício dedutivo cujas conclusões teriam de ser validadas por uma investigação empírica sustentada em apuramentos mais finos sobre os desempregados, que não dispomos.

“Especialistas ciências físicas, matemática e engenharia” e a categoria mais abrangente dos “Outros técnicos e profissionais do nível intermédio”. O agravamento das duas primeiras profissões resultou predominantemente da diminuição de novas admissões para o sistema de ensino, justificadas por uma restrição das necessidades deste tipo de mão-de-obra, que foi, nos últimos anos, reforçada pelas contenções orçamentais na administração pública. Globalmente para as restantes, poderemos apontar a conjugação entre a já referida importante quebra de novas contratações para os organismos de Estado e a fraca actividade económica não geradora de condições de manutenção de segmentos do emprego existente e muito menos de criação, em quantidade notória, de novos empregos.

Ciclicamente o desemprego avoluma-se no país com todas as consequências sociais, económicas e pessoais que daí advêm. A actual crise quantitativa do emprego caracteriza-se principalmente pelo crescimento rápido do volume de desempregados. Encontramos na quebra da actividade económica uma forte explicação para o ocorrido. Entretanto, os seus efeitos ampliaram-se por efeito de reforço que algumas dimensões têm nas dinâmicas do mercado de trabalho, como os níveis baixos de escolarização e de qualificação profissional da população activa, a estrutura empresarial predominantemente integrada por pequenas empresas reactivas à inovação, com dificuldades de adaptação e de sustentação, com um recrutamento de pessoal pouco qualificado e um fraco investimento em formação profissional, a importância crescente das formas precárias de emprego, o predomínio de deficientes condições de trabalho, a existência de formas de exploração intensiva e de marginalização do trabalho imigrante (inserido no mercado de trabalho informal), a situação de desvantagem na inserção dos jovens, mulheres e trabalhadores mais idosos no mercado de trabalho, os baixos salários praticados em determinados sectores de actividade.

## ANEXO A

**Evolução dos indicadores sobre o emprego e o desemprego para Portugal**  
(unidade: milhar de indivíduos)

Indicadores	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
População activa - HM	5095,7	5136,1	5226,4	5325,2	5407,8	5460,3	5487,8
Taxa de Actividade - HM	50,3	50,5	51,1	51,7	52,2	52,3	52,2
Taxa de Actividade - H	57,4	57,5	57,9	58,4	58,7	58,4	58,1
Taxa de Actividade - M	43,7	44	44,8	45,5	46,1	46,6	46,7
Taxa de Actividade (15-64 anos) - HM	70,4	70,6	71,2	72	72,6	72,8	72,9
Taxa de Actividade (15-64 anos) - H	78,9	78,7	78,9	79,4	79,8	79,4	79
Taxa de Actividade (15-64 anos) - M	62,2	62,7	63,8	64,8	65,6	66,5	67
Emprego total - HM	4843,8	4910,3	5020,9	5111,7	5137,3	5118	5122,8
Taxa de Emprego - HM	66,7	67,3	68,3	68,9	68,7	68	67,8
Taxa de Emprego - H	75,6	75,5	76,3	76,7	76,3	74,8	-
Taxa de Emprego - M	58,2	59,4	60,5	61,3	61,4	61,4	-
População empregada por sectores de actividade							
Primário	651,8	621,9	635,4	652,6	636,9	642,1	618,1
Secundário	1701,1	1689,1	1733,7	1728,8	1727,7	1652,8	1596,0
Indústria Transformadora	1137,3	1104,5	1093,8	1095,8	1052,1	1018,8	1002,2
Serviços	2490,9	2598,5	2651,7	2730,3	2772,7	2823,1	2908,6
População desempregada							
HM	251,9	225,8	205,5	213,5	270,5	342,3	365,0
H	110,6	108,9	89,3	91,6	121,4	160,9	172,9
M	141,3	116,9	116,2	122,0	149,1	181,4	192,2
Taxa de Desemprego - HM	4,9	4,4	3,9	4,0	5,0	6,3	6,7
Taxa de Desemprego - H	3,9	3,9	3,1	3,2	4,1	5,5	5,8
Taxa de Desemprego - M	6,2	5,0	4,9	5,0	6,0	7,2	7,6
População desempregada por grupo etário e sexo							
15-24 anos							
HM	75,3	61,6	58,1	63,6	77,6	89,4	89,2
H	32,3	27,6	23,7	27,5	36,7	41,9	43,7
M	43	34	34,5	36,2	40,9	47,5	45,6
25-34 anos							
HM	73,5	64,5	55,5	56,6	79,9	109,4	106,6
H	28,5	27,7	19,4	21,9	31,8	48,5	46,4
M	45	36,8	36,2	34,7	48,1	60,9	60,2
35-44 anos							
HM	47,6	46,8	40,8	42,0	53,3	69,2	75,9
H	18,9	20,5	19,0	16,4	21,2	28,7	31,9
M	28,8	26,3	21,9	25,6	32,2	40,5	44,1



Evoluções recentes do desemprego em Portugal

ANEXO A (cont.)

**Evolução dos indicadores sobre o emprego e o desemprego para Portugal**  
(unidade: milhar de indivíduos)

Indicadores	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
> 44 anos							
HM	55,5	52,8	51,0	51,3	59,6	74,3	93,2
H	31	33	27,3	25,8	31,7	41,7	50,9
M	24,5	19,8	23,7	25,5	27,9	32,6	42,3
População desempregada por tipo de procura de emprego e sexo							
Primeiro emprego							
HM	44,9	33,6	27,3	34,6	41,1	46,3	49,2
H	15,6	13,6	11,0	13,6	19,1	21,3	21,9
M	29,2	20	16,3	21	22	25	27,2
Novo emprego							
HM	207,0	192,2	178,2	179	229,4	296,1	315,9
H	94,9	95,3	78,3	78,0	102,3	139,6	150,9
M	112,1	96,9	99,9	101	127,1	156,5	164,9
População desempregada por duração da procura do emprego							
Menos de 1 mês	a)	20,9	17,3	19,3	22,4	22,3	21,1
1 a 6 meses	a)	78,5	71,2	78,0	109,9	130,0	116,9
7 a 11 meses	a)	33	28,8	28,9	35,9	59,3	56,8
12 a 24 meses	a)	44,4	39,4	42,7	50,3	70,1	81,0
25 e mais meses	a)	44,8	48	43,2	50,9	59,2	87,9
Até 12 meses		142,3	139,3	120,5	130,0	211,7	-
13 a 36 meses		64,0	56,6	52,9	54,4	64,5	93,7
Mais de 36 meses		41,6	30,9	32,2	25,8	30,2	35,5
Desempregados com subsídio de desemprego	a)	59,4	55,2	56,8	75,5	106,4	127,3
% dos Desempregados com subsídio de desemprego no total dos desempregados à procura de um novo emprego	a)	44,3	45,2	45,0	46,0	48,3	51,7

a) Sem informação.

Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego. Relatórios Anuais do Banco de Portugal de 1998 a 2004*. MTS, *Plano Nacional de Emprego de 2004*.

## ANEXO B

## Indicadores sobre o emprego e o desemprego para Portugal - variação anual em %

Indicadores	1999	2000	2001	2002	2003	2004
População activa - HM	0,8%	1,8%	1,9%	3,2%	-0,7%	0,5%
Emprego total - HM	1,4%	2,3%	1,8%	0,5%	-0,4%	0,1%
População empregada por sectores de actividade						
Primário	-4,6%	2,2%	2,7%	-2,4%	0,8%	-3,7%
Secundário	-0,7%	2,6%	-0,3%	-0,1%	-4,3%	-3,4%
Indústria Transformadora	-2,9%	-1,0%	0,2%	-4,0%	-3,2%	-1,6%
Serviços	4,3%	2,0%	3,0%	1,6%	1,8%	3,0%
População desempregada						
Total	-10,4	-9,0	3,9	26,7	26,5	6,6
Homens	-1,5	-18,0	2,6	32,5	32,5	7,5
Mulheres	-17,3	-0,6	5,0	22,2	21,7	6,0
População desempregada por grupo etário e sexo						
15 - 24 anos						
HM	-18,2	-5,7	9,5	22,0	15,2	-0,2
H	-14,6	-14,1	16,0	33,5	14,2	4,3
M	-20,9	1,5	4,9	13,0	16,1	-4,0
25-34 anos						
HM	-12,2	-14,0	2,0	41,2	36,9	52,3
H	-2,8	-30,0	12,9	45,2	52,5	-4,3
M	-18,2	-1,6	-4,1	38,6	26,6	-1,1
35-44 anos						
HM	-1,7	-12,8	2,9	26,9	29,8	9,7
H	8,5	-7,3	-13,7	29,3	35,4	11,1
M	-8,7	-16,7	16,9	25,8	25,8	8,9
> 44 anos						
HM	-4,9	-3,4	0,6	16,2	24,7	25,4
H	6,5	-17,3	-5,5	22,9	31,5	22,1
M	-19,2	19,7	7,6	9,4	16,8	29,8
População desempregada por tipo de procura de emprego e sexo						
Primeiro emprego						
Total	-25,2	-18,8	26,7	18,8	12,7	6,3
Homens	-12,8	-19,1	23,6	40,4	11,5	2,8
Mulheres	-31,5	-18,5	28,8	4,8	13,6	8,8
Novo emprego						
Total	-7,1	-7,3	0,4	28,2	29,1	6,7
Homens	0,4	-17,8	-0,4	31,2	36,5	8,1
Mulheres	-13,6	3,1	1,1	25,8	23,1	5,4
População desempregada por duração da procura do emprego						
Menos de 1 mês		-17,2	11,6	16,1	-0,4	-1,2
1 a 6 meses		-9,3	9,6	40,9	18,3	-10,1
7 a 11 meses		-1,4	0,3	24,2	65,2	-4,2
12 a 24 meses		-11,3	8,4	17,8	39,4	15,5
25 e mais meses		7,1	-10,0	17,8	16,3	48,5
Até 12 meses		-13,5	7,9	33,1	22,4	-
13 a 36 meses		6,5	2,8	18,6	45,3	-
Mais de 36 meses		4,2	-19,9	17,1	17,5	-

Evoluções recentes do desemprego em Portugal

ANEXO C

Indicadores sobre o emprego e o desemprego por região (NUTS II)

	1999	2000	2001	2002	2003	2004
<b>Norte</b>						
Taxa de Actividade - HM	51,5	51	51,8	51,9	51,9	52,0
População Empregada - HM	a)	a)	a)	1.802,30	1.793,80	1.794,0
População Desempregada	81,1	76	70,5	92,6	130,8	148,7
Taxa de Desemprego - HM	4,4	4,1	3,7	4,9	6,8	7,7
H	3,8	3,4	3	4,1	5,8	7,6
M	5,2	5	4,6	5,8	8	8,6
Taxa de Desemprego Juvenil - HM	a)	a)	a)	10	10,1	15,3
% de Desempregados à Procura de Novo Emprego no total do Desemprego	a)	a)	a)	82,3	84,5	85,1
Taxa de DLD	a)	a)	a)	1,9	2,6	3,8
% do DLD no desemprego total	a)	a)	a)	39	38,3	49,1
<b>Centro</b>						
Taxa de Actividade - HM	55,5	55,6	55,7	56,7	56,7	56,4
População Empregada - HM	a)	a)	a)	1.288,50	1.289,90	1.277,7
População Desempregada	21,7	27,9	35,8	41,1	47,6	57,8
Taxa de Desemprego - HM	2,2	2,2	2,8	3,1	3,6	4,3
H	2	1,2	2	2,3	3,1	3,5
M	2,5	3,2	3,7	4	4,1	5,2
Taxa de Desemprego Juvenil - HM	a)	a)	a)	10,5	11	11,6
% do Desempregado à Procura de Novo Emprego no total do Desemprego	a)	a)	a)	80,3	84,5	83,7
Taxa de DLD	a)	a)	a)	1	3	1,8
% do DLD no desemprego total	a)	a)	a)	33,1	37,8	42,6
<b>Lisboa b)</b>						
Taxa de Actividade - HM	-	-	-	51,4	51,5	50,9
População Empregada - HM	-	-	-	1.294,60	1.289,50	1.294,2
População Desempregada	-	-	-	93,7	114,4	106,9
Taxa de Desemprego - HM	-	-	-	6,8	8,1	7,6
H	-	-	-	6,1	7,8	7,2
M	-	-	-	7,5	8,6	8,1
Taxa de Desemprego Juvenil - HM	-	-	-	15,2	18,1	18,7
% do Desempregado à Procura de Novo Emprego no total do Desemprego				87,4	89,5	90,8
Taxa de DLD	-	-	-	2,7	3,1	3,5
% do DLD no desemprego total	-	-	-	87,4	89,5	46,1
<b>Lisboa e Vale do Tejo c)</b>						
Taxa de Actividade - HM	50,8	51	51,6	-	-	-
H	56,8	56	56,3	-	-	-
M	45,3	46,3	47,2	-	-	-

## ANEXO C (cont.)

## Indicadores sobre o emprego e o desemprego por região (NUTS II)

	1999	2000	2001	2002	2003	2004
População Empregada - HM	a)	a)	a)	-	-	-
População Desempregada	94	71,4	70,8	-	-	-
Taxa de Desemprego - HM	5,5	5,3	5,1	-	-	-
H	5,2	4,9	4,3	-	-	-
M	5,8	5,8	6	-	-	-
Alentejo						
Taxa de Actividade - HM	44,5	44,4	45,6	47,5	48,1	49,0
População Empregada - HM	a)	a)	a)	227,8	336,7	343,3
População Desempregada	94	18	24	27,2	30,1	33,2
Taxa de Desemprego - HM	6,5	5,3	6,9	7,5	8,2	8,8
H	3,9	3	4,6	5,2	6,2	
M	10,1	8,6	10	10,6	10,7	11,5
Taxa de Desemprego Juvenil - HM	a)	a)	a)	a)	14,8	22,1
Algarve						
Taxa de Actividade - HM	48,6	48,9	49,1	50,6	51	51,2
População Empregada - HM	a)	a)	a)	189,1	191,2	195,2
População Desempregada	8,6	6,5	7,3	10,5	12,4	11,3
Taxa de Desemprego - HM	4,7	3,5	3,8	5,2	6,1	5,5
H	3,5	2,7	2,9	4,2	5	
M	6,3	4,6	5	6,6	7,5	6,2
Taxa de Desemprego Juvenil - HM	a)	a)	a)	14,4	15,9	-
R. A Açores						
Taxa de Actividade - HM	41,9	41,8	42,4	43,5	43,8	45,0
População Empregada - HM	a)	a)	a)	101	102,1	104,9
Taxa de Desemprego - HM	3,2	2,9	2,3	2,6	2,9	-
H	2,1	1,5	1,3	1,5	1,5	-
M	5,3	5,3	4,1	4,5	5,2	-
R. A Madeira						
Taxa de Actividade - HM	46,1	46,1	46	47,7	48	48,0
População Empregada - HM	a)	a)	a)	111,9	112,3	113,5
Taxa de Desemprego - HM	2,7	2,5	2,5	2,5	3,4	-
H	1,8	2,2	2,1	2	2,2	-
M	3,7	2,9	3,1	3	4,8	-

a) Sem informação; b) A Região de Lisboa foi criada em 2003; c) Foi extinta como região.  
 Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

## Bibliografia

- AA.VV. (2002) – *Portugal 1995-2000. Perspectivas de evolução social*, Oeiras: Celta.
- ALBUQUERQUE, José (1999) - "Desigualdades salariais e trabalhadores de baixos salários", in *Sociedade e Trabalho*, nº 4: 55-66.
- AZNAR, Guy (1996) – *Emploi: la grande mutation*, Paris, Hachette.
- BALAZS, G., (1983) - "Les facteurs et les formes de l'expérience du chômage", in *Actes de la recherche en sciences sociales*, nº 50.
- BECK, Ulrich (1986) - *Risk society: towards a new modernity*, London, Sage.
- BENOÎT-GUILBOT, O. e GALLIE, D. (dir.) (1992) - *Chômeurs de Longue Durée*, Poitiers, Actes Sud.
- BOYER, Robert (2004) a) – *Théorie de la régulation*, Paris, La Découverte.
- BOYER, Robert (2004) b) – *Une théorie du capitalisme est-elle possible?*, Paris, Odile Jacob.
- BOYER, Robert et al (2000) – *Para uma Europa da inovação e do conhecimento*, Oeiras: Celta.
- CABRAL, Manuel Villaverde e PAIS, José Machado (org) (1998) – *Jovens Portugueses de Hoje*, Oeiras, Celta.
- CAPUCHA, Luís (1998) - "Exclusão social e acesso ao emprego: paralelas que podem convergir", in *Sociedade e Trabalho*, nº 3,: 61-69.
- CASTEL, Robert (1995) - *Les métamorphoses de la question sociale. Une chronique du salariat*, Paris, Fayard.
- CASTELLS, Manuel (2001) - *A era da informação: economia, sociedade e cultura*, Vol. I, II e III, Lisboa, FCG.
- CASTELLS, Manuel (2001) - *La galaxie internet*, Paris, Fayard.
- DEMAZIÈRE, D (2004) – *Le chômage. Comment peut-on être chômeur*, Paris: Belin.
- DEMAZIÈRE, D. (1992) - *Le chômage en crise? La négociation des identités des chômeurs de longue durée*, Lille, PUL.
- DEMAZIÈRE, D. (1995a) – *Le Chômage de Longue Durée*, Paris, PUF.
- DEMAZIÈRE, D. (1995b) - *La Sociologie du Chômage*, Paris, La Découverte.
- ESPING-ANDERSEN, G. (1990) – *The three worlds of welfare capitalism*, Cambridge: Polity Press.
- ESPING-ANDERSEN, G. (1996) – *Welfare States in Transition. National Adaptations in Global Economies*, Londres: Sage.
- ESPING-ANDERSEN, G. (2000) – “Um Estado-providência para o século XXI: Sociedades em envelhecimento, economias baseadas no conhecimento e sustentabilidade dos Estados-providência europeus”, in R. Boyer, *Para uma Europa da inovação e do conhecimento*, Oeiras, Celta Editora.
- ESTRAMIANA, J. (1992) - *Desempleo y bienestar psicológico*, Madrid, Siglo Veintiuno.
- FERRERA, Maurizio et al (2000) - *O futuro da Europa Social*, Oeiras, Celta
- FONDEUR, Y., (1999) – *Le déclassement à l'embauche*, Paris, Commissariat Général du Plan.

- FREYSSINET, Jacques (2004) – *Le chômage*, Paris, La Decouverte.
- GAZIER, Bernad (2005) – *Vers un nouveau modèle social*, Paris, Flammarion.
- GONÇALVES, Carlos Manuel (2002) – “Desemprego e Desemprego de Longa Duração”, in António Teixeira Fernandes (Coord.), *A inserção social: percursos e desvios de um processo*, Porto, CCRN, 2003, pp. 107-182.
- GONÇALVES, Carlos Manuel (2002) – “Emprego e Desemprego: algumas notas de reflexão”, in *Sociedade Portuguesa. Passados recentes e futuros próximos. Actas do IV Congresso Português de Sociologia*, Lisboa: APS. [CD-ROM].
- GONÇALVES, Carlos Manuel, Cristina Parente, Luisa Veloso, Sandra Gomes e Susana Januário (1999) - *Formação e emprego juvenil em Portugal, França e Dinamarca. Um estudo nas áreas da metalurgia e metalomecânica e do têxtil e vestuário*, Porto, Instituto de Sociologia da FLUP, Fundação da Juventude, (edição bilingue Português/Francês).
- GONÇALVES, M. (1993) - "Evolução recente do mercado de trabalho em Portugal: problemas de emprego e mutações", in *Organizações e Trabalho*, nºs 9/10: 11-26.
- GUERREIRO, Maria das Dores, ABRANTES, Pedro (2004) – *Transições Incertas. Os jovens perante o trabalho e a família*, Lisboa, DGEEP.
- GUILLEMARD, Anne-Marie (2004) - *L'âge de l'emploi. Les sociétés à l'épreuve du vieillissement*, Paris, Armand Colin.
- GUIMARÃES, Nayda Araujo (2002) – “Por uma sociologia do desemprego”, in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 50: 103-183.
- HOLCMAN, Robert (2003) – *Chômage et chômeurs*, Rennes, Éditions ENSP.
- IRES (2000) – *Les marches du travail en Europe*, Paris: La Découverte.
- IRIBARNE, P. (1990) – *Le Chômage Paradoxal*, Paris: PUF.
- JOIN-LAMBERT, Marie-Thérèse et al (1997) – *Politiques Sociales*, Paris, Presses de Sciences PO et Dalloz.
- KÓVACS, Ilona (2002) - *As metamorfoses do emprego*, Oeiras, Celta.
- KOVÁCS, Ilona (2005) – “El empleo flexible en Portugal. Algunos resultados de un proyecto de investigación”, in *Sociología del Trabajo*, nº 54: 39-71.
- LEFRESNE, Florence (2003) – *Les jeunes et l'emploi*, Paris, La Decouverte.
- MARAUNI, M. e REYNAUD, E. (1993) – *Sociologie de l'emploi*, Paris: La Decouverte.
- MTS - *Planos Nacionais de Emprego* (de 1998 a 2004), Lisboa, MTS.
- OCES (2004) – O sistema do Ensino Superior em Portugal em linha Consult. 20 Junho 2005 Disponível na WWW: <URL: <http://www.oces.mctes.pt>
- PAIS, José Machado (1993) – *Culturas Juvenis*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- PAIS, José Machado (2001) – *Ganchos, Tachos e Biscates: Jovens, Trabalho e Futuro*, Porto, Ambar.
- PAUGAM, Serge (Dir.) (1996) - *L'exclusion, l'état des savoirs*, Paris, Gallimard.
- PORTUGAL, Pedro (2003) – “Emprego, salários e condições de trabalho”, in INE, *Portugal Social*: 113-135.

## Evoluções recentes do desemprego em Portugal

PORTUGAL, Pedro (2004) – Mitos e factos sobre o mercado de trabalho português: a trágica fortuna dos licenciados em linha Consult. 20 Junho 2005 Disponível na WWW: <URL: <http://www.bportugal.pt>

POURCEL, Patrice (2002) – *Le chômage*, Paris, Bréal

RESENDE, José Manuel e VIEIRA, Maria Manuel (2003) – “Educação”, in INE, *Portugal Social*: 69-89.

REYNAUD, E. (1993) - "Le chômage de longue durée: la théorie et l'action", in *Revue Française de Sociologie*, nº 34: 271-291.

RODRIGUES, Maria João (2003) - *A agenda económica e social da União Europeia. A estratégia de Lisboa*, Lisboa, Dom Quixote.

ROSA, Maria Teresa (coord.) et al., (1999) - "O desemprego e alternativas de emprego numa zona crítica: o caso da Azambuja", in *Organizações e Trabalho*, nº 21: 9-30.

ROSA, Serôdio et al (2000) – Os desempregados de longa duração no concelho do Seixal: perspectivas de reinserção e expectativas face ao futuro, in *Organizações e Trabalho*, nº 23: 13-32.

ROSE, José (1998) - *Les jeunes face à l'emploi*, Paris, Desclée de Brouwer.

SANTOS, Boaventura S. (org.) (2001) - *Globalização: Fatalidade ou Utopia?*, Porto, Afrontamento.

SEN, A (1997) - "L'inégalité, le chômage et l'Europe d'aujourd'hui", in *Revue Internationale du Travail*, nº2: 169-186.

VINCENS, J. (1993) - "Réflexions sur le chômage de longue durée", in *Revue Française de Sociologie*, nº 3.

### Résumé

Actuellement on vit encore une crise quantitative d'emploi. Cet article a comme but fondamental rendre compte des dimensions plus importantes de l'évolution récente du chômage dans le pays. Appuyés autour d'une perspective globale sur les plusieurs dynamiques qui rendent corps au marché du travail, on essaiera de développer une analyse qui permette également la comparabilité avec la situation dans l'Union Européenne face à quelques-unes des dimensions du chômage.

**Mots-clé:** Chômage, emploi, chômage de longue durée

### Abstract

We are currently experiencing one more quantitative crisis of employment. This paper essentially aims to point out the most important dimensions of the recent developments in unemployment in the country. Based on a globalizing perspective of the multiple dynamics which shape the labour market, the author seeks to develop an analysis that also allows for a comparison with the situation in the European Union concerning some of the dimensions of unemployment.

**Keywords:** Unemployment, employment, long-term unemployment.

